



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA  
TERRA CURSO DE BACHARELADO EM URBANISMO**

**AÍSHA SALES REIS**

**SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL URBANA NA CIDADE MÉDIA DE  
ITABUNA (BA)**

**SALVADOR**

**2025**

**AÍSHA SALES REIS**

**SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL URBANA NA CIDADE MÉDIA DE  
ITABUNA (BA)**

Projeto de pesquisa apresentado ao Colegiado do Curso de Bacharelado em Urbanismo da Universidade do Estado da Bahia, como requisito parcial para aprovação no componente curricular Introdução ao Trabalho de Conclusão de Curso.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Muniz Filho

**SALVADOR**

**2025**

**AÍSHA SALES REIS**


**SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL URBANA NA CIDADE MÉDIA DE  
ITABUNA (BA)**

Relatório do Trabalho de Conclusão do Curso  
apresentado como requisito parcial para obtenção do  
título de Urbanista da Universidade do Estado da Bahia.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Muniz Filho


APROVADO em 18 de dezembro de 2025.

**BANCA EXAMINADORA:**

Documento assinado digitalmente  
 **ANTONIO MUNIZ DOS SANTOS FILHO**  
Data: 22/12/2025 10:41:19-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Prof. Dr. Antonio Muniz Filho**  
(Orientador)

Documento assinado digitalmente  
 **ROSALI BRAGA FERNANDES**  
Data: 22/12/2025 15:16:15-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

**Profa. Dr.(a). Rosali Braga Fernandes**

---

**Me. Ítalo Teófilo da Silva Rosário**

## AGRADECIMENTOS

A construção deste trabalho é resultado de ensinamentos, incentivos e presenças que me sustentaram ao longo de toda a minha trajetória acadêmica e pessoal. Agradeço, inicialmente, às mulheres da minha família, que desde cedo me ensinaram a lidar com as dificuldades, a correr atrás dos meus objetivos e a desenvolver força e autonomia. Em especial, à minha avó Maria das Graças (Gracinha) e à minha mãe Marinalva, por serem abrigo, exemplo e presença constante em cada etapa da minha caminhada.

Ao meu pai, Luiz, que despertou em mim, ainda cedo, o amor pela leitura e pela escrita, expressei um agradecimento especial. O seu incentivo teve impacto direto no meu processo de aprendizagem e na construção do meu interesse pelos estudos. Sua busca constante por conhecimento, sua coragem e persistência fazem dele meu maior exemplo, influenciando profundamente minha formação pessoal e acadêmica.

Aos meus irmãos, que sempre torceram pelo meu sucesso. Em especial, ao meu irmão mais novo, Gabriel, por nunca deixar que eu me sentisse sozinha, sendo incentivo constante e fonte diária de motivação.

Ao meu noivo, Estevão, por caminhar ao meu lado com paciência, incentivo e cuidado. Seu apoio foi essencial para que eu conseguisse ser resiliente mesmo nos momentos mais difíceis desse processo.

Aos amigos do período escolar e da graduação, pelo apoio, pela troca e por tornarem mais leve a trajetória acadêmica. Cada conversa, conselho e auxílio fizeram diferença ao longo dessa jornada.

Ao meu orientador, professor Muniz, por todo o acompanhamento, pelo conhecimento compartilhado, pelo incentivo constante e, sobretudo, por acreditar no meu potencial. Sua orientação foi fundamental para a construção deste trabalho e para o meu amadurecimento acadêmico.

Ao grupo de pesquisa Territórios, pelas experiências de aprendizado proporcionadas, que ampliaram minha formação para além da sala de aula e contribuíram de forma significativa para meu crescimento acadêmico e pessoal.

A todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte dessa trajetória, meu sincero agradecimento. Este trabalho carrega um pouco de cada um de vocês.

## RESUMO

Este estudo examina a segregação socioespacial na cidade de Itabuna (BA), buscando desvendar as complexas dinâmicas de desigualdade urbana que permeiam essa localidade. A pesquisa se inicia com uma investigação sobre a formação socioespacial de Itabuna, fortemente influenciada pela cultura do cacau, e prossegue analisando como essa herança histórica moldou o crescimento econômico e a segregação socioespacial ao longo das décadas. O objetivo é revelar as dinâmicas e processos que sustentam as desigualdades presentes na cidade, proporcionando uma compreensão dos fatores históricos, econômicos e sociais que contribuem para essa segregação. Através de uma análise de dados secundários provenientes do IBGE, SEI, sites da prefeitura e outras instituições públicas, além de uma abrangente revisão de literatura que inclui trabalhos de autores como: Corrêa (1995), Dantas (2014), Muniz Filho (2021), Santos (1997), Trindade (2014) e Villaça (2000), a pesquisa utiliza metodologias estatísticas e cartográficas para mapear os agentes e processos responsáveis pela disseminação das desigualdades socioespaciais em Itabuna, a partir do método de análise dedutivo. A contextualização histórico-econômica permitiu analisar o papel da cidade de Itabuna na rede urbana nordestina e entender como a segregação socioespacial se reflete na dinâmica de seu espaço urbano, sobretudo, no surgimento e ampliação de favelas e comunidades urbanas, principalmente a partir da crise cacauera, que promoveu alterações nas relações de trabalho, de poder e de uso e ocupação do espaço.

**Palavras-chave:** Itabuna (BA). Cultura Cacauera. Segregação Socioespacial. Favelas e Comunidades Urbanas.

## ABSTRACT

This study examines socio-spatial segregation in the city of Itabuna (Bahia, Brazil), seeking to uncover the complex dynamics of urban inequality that permeate this locality. The research begins with an investigation into the socio-spatial formation of Itabuna, which has been strongly influenced by cocoa production, and proceeds to analyze how this historical legacy has shaped economic growth and socio-spatial segregation over the decades. The objective is to reveal the dynamics and processes that sustain the inequalities present in the city, providing an understanding of the historical, economic, and social factors that contribute to this segregation. Through the analysis of secondary data from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), the Superintendence of Economic and Social Studies of Bahia (SEI), municipal government websites, and other public institutions, as well as a comprehensive literature review that includes works by authors such as Corrêa (1995), Dantas (2014), Muniz Filho (2021), Santos (1997), Trindade (2014), and Villaça (2000), the study employs statistical and cartographic methodologies, based on a deductive analytical approach, to map the agents and processes responsible for the dissemination of socio-spatial inequalities in Itabuna. The historical and economic contextualization made it possible to analyze the role of Itabuna within the Northeastern Brazilian urban network and to understand how socio-spatial segregation is reflected in the dynamics of its urban space, particularly in the emergence and expansion of favelas and urban communities, especially following the cocoa crisis, which brought about changes in labor relations, power structures, and patterns of land use and occupation.

**Keywords:** Itabuna (Bahia, Brazil). Cocoa Culture. Socio-Spatial Segregation. Favelas and Urban Communities.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa de Localização de Itabuna (BA) na Microrregião Ilhéus-Itabuna _____	13
Figura 2 - Mapa da Região de Influência Imediata de Itabuna-Ilhéus _____	33
Figura 3 - Mapeamento de Itabuna e suas interações espaciais _____	41
Figura 4 - Vista do Bairro Zildolândia, Itabuna-BA _____	47
Figura 5 - Vista do Bairro Maria Pinheiro, Itabuna-BA _____	48
Figura 6 - Mapeamento de Renda Média por Bairro em Itabuna-BA _____	49
Figura 7 - Cartograma: infraestrutura urbana da cidade de Itabuna (BA) - Domicílios sem Calçada _____	50
Figura 8 - Cartograma: infraestrutura urbana da cidade de Itabuna (BA) - Domicílios sem Iluminação Pública _____	51
Figura 9 - Cartograma: serviços urbanos da cidade de Itabuna (BA) – Abastecimento de água _____	52
Figura 10 - Cartograma: serviços urbanos da cidade de Itabuna (BA) – Destinação do esgoto _____	53
Figura 11 - Cartograma: serviços urbanos da cidade de Itabuna (BA) – Coleta de lixo _____	54
Figura 12 - Mapeamento das Favelas e Comunidades Urbanas em Itabuna (BA) _____	55
Figura 13 - Vista do Bairro Maria Pinheiro, Itabuna-BA _____	62
Figura 14 - Vista do Bairro São Pedro, Itabuna-BA _____	67

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Fatores que ocasionaram a crise do cacau (1930-2012) _____	26
Quadro 2 - Relações de trabalho na Região Cacaueira (Bahia) entre 1830-2013 _____	27
Quadro 3 - Critérios necessários para a classificação de uma cidade como média _____	31
Quadro 4 - Instituições vinculadas à atividade cacaueira _____	37
Quadro 5 - Consequências da implantação e modernização das malhas rodoviárias estaduais e federais na Microrregião Ilhéus-Itabuna _____	40
Quadro 6 - Relação de Favelas e Comunidades Urbanas em Itabuna com base na presença x ausência no Plano Diretor _____	46



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Total de trabalhadores na microrregião de Ilhéus-Itabuna (1940-1995) _____	28
Tabela 2 - Número de Favelas e Comunidades Urbanas e relação de domicílios ocupados (2010-2022) _____	57
Tabela 3 - População residente de Favelas e Comunidades Urbanas (2010-2022) _____	57
Tabela 4 - Comparativo do Número de Favelas e Comunidades Urbanas e relação de domicílios ocupados em cidades médias da Bahia (2010-2022) _____	58
Tabela 5 - Natureza das atividades econômicas exercidas pelos chefes de famílias, antes de migrarem para a favela Maria Pinheiro _____	63

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Pessoas alfabetizadas no Bairro Maria Pinheiro, Itabuna-BA_____	65
Gráfico 2 - Distribuição por Cor ou Raça no bairro Maria Pinheiro, Itabuna-BA _____	66
Gráfico 3 - Características dos domicílios no Bairro Maria Pinheiro, Itabuna-BA _____	67
Gráfico 4 - Distribuição por Cor ou Raça no Bairro São Pedro, Itabuna-BA _____	69
Gráfico 5 - Características dos domicílios no Bairro São Pedro, Itabuna-BA_____	70
Gráfico 6 - Pessoas alfabetizadas na Favela São Pedro, Itabuna-BA_____	70

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>2 FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE ITABUNA – A CULTURA DO CACAU COMO GÊNESE DE UMA ESPACIALIDADE</b>	<b>21</b>
<b>2.1 Itabuna: o mito da origem</b>	<b>21</b>
<b>2.2 Uma Sociedade segregada: o coronelismo em Itabuna</b>	<b>23</b>
<b>3 ITABUNA – UMA CIDADE MÉDIA NORDESTINA</b>	<b>29</b>
<b>3.1 Itabuna e sua relação com a Região Geográfica Imediata de Ilhéus-Itabuna</b>	<b>31</b>
<b>3.2 A inserção de Itabuna na Rede Urbana do Nordeste brasileiro</b>	<b>35</b>
<b>4 SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL URBANA EM ITABUNA: FAVELAS E COMUNIDADES URBANAS</b>	<b>42</b>
<b>4.1 Segregação socioespacial: algumas abordagens</b>	<b>43</b>
<b>4.2 Evolução das Favelas e Comunidades Urbanas em Itabuna</b>	<b>45</b>
<b>4.3 Condições Socioeconômicas e de Habitabilidade nas Favelas e Comunidades Urbanas Itabunenses: o caso das comunidades do São Pedro e Maria Pinheiro</b>	<b>59</b>
<b>4.3.1 Dinâmicas Socioespaciais e Persistência da Vulnerabilidade Estrutural na Comunidade Maria Pinheiro</b>	<b>61</b>
<b>4.3.2 Processos Formativos e Condicionantes Estruturais da Exclusão Territorial no Bairro São Pedro</b>	<b>67</b>
<b>5 CONCLUSÃO</b>	<b>71</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>75</b>

## 1 INTRODUÇÃO

“Esse é o grande mistério das cidades: elas crescem e se modificam, guardando, porém, sua alma profunda apesar das transformações do seu conteúdo demográfico, econômico e da diversificação de suas pedras” (Milton Santos, 1999, p. 4)

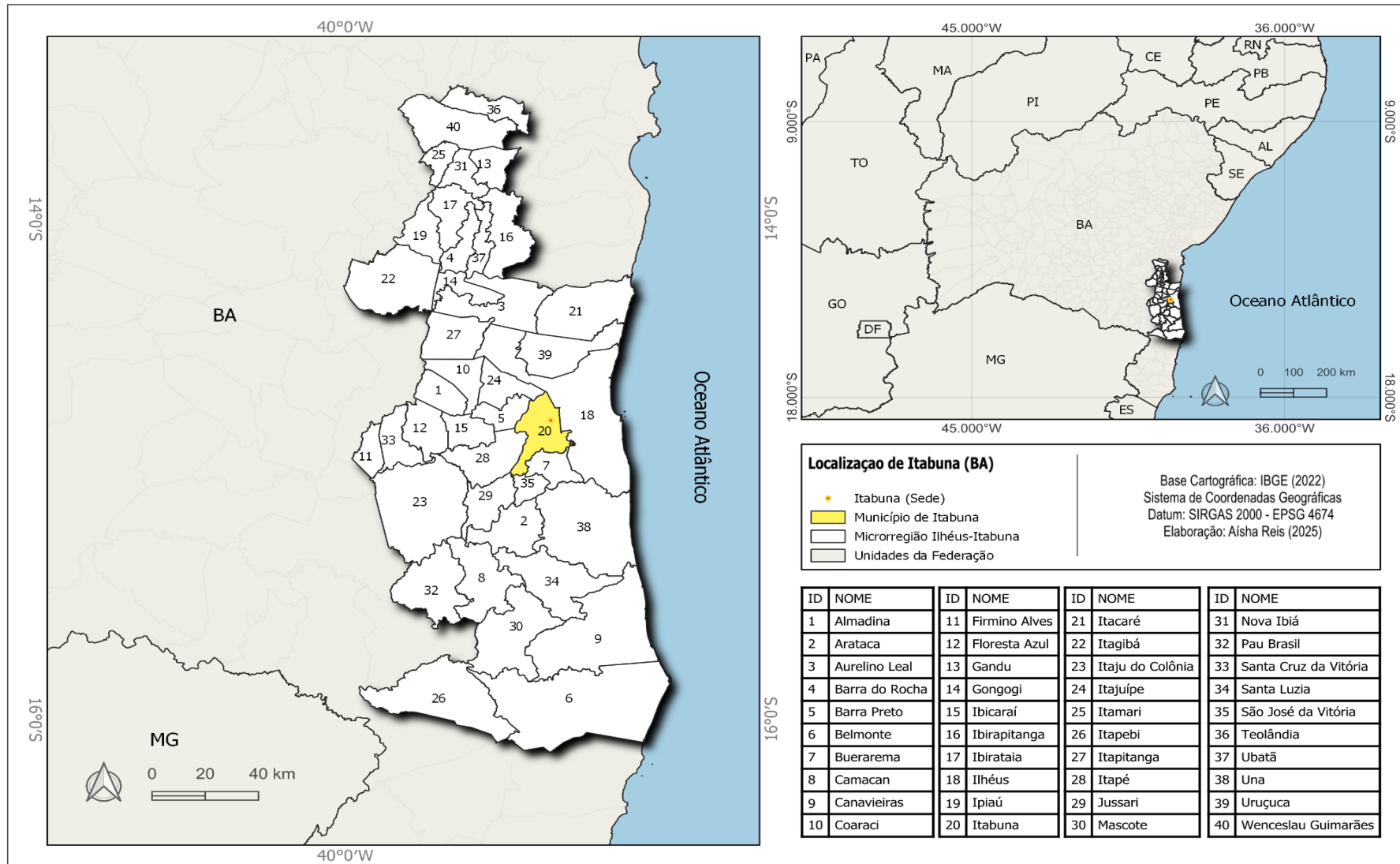
A cidade pode ser entendida como a soma das forças dos indivíduos que a compõe. Ela é a essência de seu povo, baseada na relação entre ordem e caos, sendo esse paradoxo responsável pela dinâmica das relações sociais existentes. Por conseguinte, cabe-se entender que o espaço urbano está em constantes transformações. Com a modernização intensa, correspondente ao período técnico-científico-informacional, as cidades ficaram submetidas ao “crescimento acelerado” e a criação de relações sociais ainda mais complexas, acompanhadas, contraditoriamente, da desigualdade e da segregação socioespacial.

Corrêa (1995) aborda a cidade como um espaço complexo e dinâmico, dando ênfase para a variedade de processos sociais, econômicos, políticos e culturais que a influenciavam. Esses processos interagem para moldar a paisagem urbana e interferem diretamente nas vivências dos habitantes na cidade. Para Corrêa (1995), os processos espaciais refletem a complexibilidade das relações humanas dentro do contexto urbano e envolvem uma série de fatores interconectados, como migração, urbanização, segregação e mudanças na paisagem. O processo de segregação urbana contribui para a divisão espacial de grupos sociais com base em características como renda, etnia e status socioeconômico.

É válido ressaltar também, que a segregação socioespacial é um problema que ocorre não somente em grandes cidades, mas, também, atinge outros espaços urbanos complexos, como é o caso das cidades médias, que apesar de serem tratadas, como centros de desconcentração e dinamização dos fluxos de pessoas, mercadorias e informações (Amorim Filho, 1984), ou seja, uma alternativa para sanar o crescimento urbano acelerado das metrópoles, também estão sujeitas aos mesmos problemas urbanos que estas.

Nesse sentido, essa pesquisa tomou como objeto de análise a cidade de Itabuna, classificada nesta pesquisa, como uma cidade média. Conhecida como a “Capital do Cacau”, territorialmente inserida na região Nordeste brasileira, mais precisamente, no estado da Bahia, integrando a Microrregião Ilhéus-Itabuna (Mapa 1). Desde o período colonial, Itabuna tem passado por profundas transformações que definiram tanto seu espaço urbano quanto suas dinâmicas socioeconômicas, tornando-a um caso representativo dos processos de formação socioespacial e segregação urbana no Brasil.

Figura 1 - Mapa de Localização de Itabuna (BA) na Microrregião Ilhéus-Itabuna



Fonte: Dados de Pesquisa (2024), conforme dados do IBGE (2022). Elaboração: Reis (2025).

Buscou-se através de revisão bibliográfica, tendo como parâmetros os processos de formação socioespacial, as dinâmicas da rede urbana do sul da Bahia e a questão agroexportadora do cacau, identificando eventos, objetos e ações, agentes e processos responsáveis pela produção desses espaços, compreender como a interação destes influenciam na difusão da desigualdade, especificamente na segregação socioespacial urbana dessa cidade média nordestina.

A formação territorial de Itabuna teve início na segunda metade do século XIX, quando ainda era conhecida como Tabocas (1857). Itabuna experimentou um rápido crescimento populacional, impulsionada pela chegada de migrantes sergipanos, alcançando o status de cidade em 1910 (IBGE - Cidades, 2024). Tal crescimento ocorreu paralelamente ao auge da economia do cacau, transformando Itabuna em um centro de atividades produtivas e comerciais fundamentais para a expansão econômica e populacional da região sul da Bahia.

A partir da década de 1990, Itabuna assumiu crescente centralidade na rede urbana local, substituindo progressivamente a vizinha Ilhéus como principal núcleo regional. A produção de cacau, que alcançou seu auge entre 1910 e 1960, desempenhou um papel essencial na reconfiguração do espaço urbano e na ampliação das desigualdades socioespaciais, elementos que continuam a marcar Itabuna. O declínio dessa atividade econômica, agravado por crises econômicas e pela disseminação de doenças nas plantações, provocou um êxodo rural e impulsionou a ocupação informal do espaço urbano, resultando em uma urbanização acelerada e em uma intensificação da segregação e desigualdade. Este processo reflete-se na estrutura urbana de Itabuna, que, embora tenha sido dinamizada pelo cacau, enfrenta desafios típicos das grandes cidades brasileiras: polarização de renda, segregação espacial e marginalização de determinados grupos.

Tendo em vista essa dinâmica histórica, foram estabelecidos dois recortes temporais, tratados aqui não como sequências históricas isoladas e desconexas, mas como sendo o passado determinante para que se compreenda o presente, demonstrando que o que se conhece hoje foi resultado de inúmeras decisões, momentos e eventos que participaram da formação socioespacial da cidade de Itabuna, e que, apesar de muitas dessas ações estarem mais apagadas e/ou substituídas, não chegaram de fato a desaparecer por completo, se apresentando através de novas formas, nomes e ramificações. Tais recortes foram importantes para compreensão tanto do processo de formação socioespacial, como das dinâmicas que caracterizam esses espaços (rede urbana e espaço intraurbano) nas duas últimas décadas (1990-2020).

O primeiro recorte temporal compreende o período entre meados do século XIX até o começo da década de 1990, que corresponde ao início do processo de formação socioespacial de Itabuna. É nesse período, que Itabuna vai começar a estruturar o seu espaço urbano e que a rede urbana, a qual está inserida, começará a ser formada a partir do desenvolvimento da cultura cacaeira.

A cultura cacaeira, influenciou ativamente na dinâmica socioespacial de Itabuna, uma vez que, a implantação dessa cultura, cooperou para a instalação de redes de transportes e comunicação, necessárias para o escoamento da produção cacaeira para os diversos mercados, sobretudo o mercado externo, que mais demandava tal produto. Assim, “essas redes, além de transportar pessoas e mercadorias, faziam chegar ordens, a ‘lei do cacau’[...]” (Frank 2009, apud Rangel; Tonella, 2013, p. 79).

A “Lei do cacau” era a visível influência dos grandes latifundiários produtores de cacau na tomada de decisões, em um período em que o Estado brasileiro delegou a estes o poder de agir como coronéis. Como esses “Coronéis” detinham o poder, eles que determinavam por onde passariam as redes de transporte, além de possuírem a capacidade de excluir lugares de comunicação, o que aumentava a segregação de várias áreas e amplificava a heterogeneidade de dizeres sobre a região cacaeira (Rangel; Tonella, 2013, p. 79-80).

O segundo recorte temporal compreende o período que tem início na década de 1990 chegando à década de 2020. Esse período corresponde ao momento em que Itabuna começa a se tornar gradualmente a cidade “principal” em relação a sua rede urbana, papel que antes era desempenhado por Ilhéus. Esse período é marcado por uma série de transformações, principalmente relacionado a estrutura produtiva cacaeira, que tem seu ápice entre 1910-1960 e que posteriormente entra em uma profunda crise que quebra a dinâmica laboral, social e econômica de Itabuna e força um grande êxodo rural, que influencia no aumento de ocupações espontâneas na cidade. Tendo isso em vista, Trindade (2014, p. 87) destaca, que:

Com a crise do cacau, a rede urbana da Região sofreu diversas modificações. As pequenas cidades dessa rede foram as mais impactadas, muitas sofrendo com uma depressão e falência aguda. Itabuna sofre também com os efeitos da crise, mas de maneira diferenciada que a maior parte dos municípios da Região.

Após o período da crise, já entre 2000-2020, Itabuna aumenta sua influência na rede urbana a qual está inserida, atrai a implementação de diversos empreendimentos, incluindo um shopping center (Shopping Jequitibá), que continua sendo o único do sul e extremo-sul da Bahia. A interação com sua hinterlândia e o aumento do nível de dependência que as cidades menores começaram a ter com relação a Itabuna, para fins principalmente de acesso

a bens, equipamentos e serviços de saúde e comércio, fez com que Itabuna se tornasse “inegavelmente mais procurada em relação a Ilhéus pelas cidades menores, que só recorrem a Ilhéus na maioria das vezes pela busca de diversão e lazer” (Trindade, 2014, p. 113).

Assim, Itabuna deixa de ter um papel secundário em relação a Ilhéus, e a rede urbana sofre uma inversão hierárquica entre suas duas cidades principais. Conforme Trindade (2014, p. 95), essa transformação se justifica se analisarmos que “Itabuna ocupa uma posição geográfica centralizada no espaço da Microrregião, e essa posição privilegiada lhe favoreceu em detrimento de Ilhéus, cuja situação litorânea impôs maiores dificuldades de conexão com as cidades do interior da Região”.

A questão norteadora para a compreensão dos processos supramencionados (urbanização, desigualdade, segregação socioespacial, dentre outros) foi: Quais agentes e processos espaciais têm influenciado na dinâmica socioespacial urbana de Itabuna?

Além disso, para que se atinja uma compreensão mais ampliada da temática proposta, considerou-se também imprescindível a busca de respostas a outras questões mais específicas: (i) como ocorreu o processo de formação socioespacial de Itabuna? (ii) Quais os papéis desses agentes e processos na difusão e ampliação das desigualdades socioespaciais? (iii) Quais fatores têm corroborado para o espraiamento da desigualdade e segregação socioespacial na cidade?

Esta pesquisa objetiva identificar e compreender quais são os papéis dos agentes e processos responsáveis pela difusão das desigualdades socioespaciais urbanas em Itabuna.

Para o alcance das metas da pesquisa foram traçados, especificamente, outros objetivos, tais como: (i) identificar os fatores que possibilitam a caracterização da cidade de Itabuna como cidade média; (ii) compreender como o processo de formação socioespacial da cidade de Itabuna pode ter contribuído para seu crescimento econômico e populacional, cuja reflexibilidade pode ser vislumbrada no desigual uso e ocupação do espaço urbano; (iii) compreender como se deu o processo de formação e ampliação de favelas e comunidades urbanas em Itabuna.

Reforça-se o argumento inicial de que a discussão sobre a temática da segregação socioespacial é fundamental nas abordagens sobre o planejamento urbano, afinal, o estudo sobre a segregação se faz necessário para o entendimento do espaço intraurbano. Sabe-se que, a segregação socioespacial é um problema que ocorre em diversas escalas, entretanto, a maioria das abordagens acadêmicas (tanto pretéritas quanto presentes) tem como foco apenas as metrópoles, o que faz com que o problema seja invisibilizado e pouco debatido em cidades médias e até mesmo pequenas.



Tomando como parâmetro a reestruturação produtiva do espaço e da produção da região Nordeste brasileira, parte-se da constatação que algumas cidades nordestinas, a exemplo de Itabuna, apresentam determinadas particularidades (demográficas, econômicas, políticas e socioespaciais), devido à dimensão demográfica e a produção do espaço, com as quais é possível caracterizá-las como cidades médias. Porém, há indicativos de que agentes e processos (políticos, sociais e econômicos) têm influenciado no dinamismo socioespacial urbano por elas apresentado, sobretudo, no período técnico-científico-informacional, cuja flexibilidade tem se desvelado em desigualdades socioespaciais urbanas, evidenciadas, principalmente, pelo processo de segregação socioespacial.

Durante minha formação como urbanista, sempre fui instigada a compreender os agentes e processos responsáveis pela criação e manutenção das desigualdades socioespaciais, tendo em vista que esse é um fenômeno resultado da interseção complexa de fatores socioeconômicos, políticos e culturais, que influenciam diretamente a vida e dinâmica das pessoas na cidade. O tema se fez presente em atividades extracurriculares e pesquisas científicas, que me fizeram criar um arcabouço teórico e levantar questionamentos relacionados à formação e ampliação de favelas e comunidades urbanas no contexto de cidades médias nordestinas, com recorte na cidade de Itabuna. Logo, o trabalho se justifica por ser resultado de investigações em andamento e conseqüentes inquietações resultantes desse processo.

Portanto, o desenvolvimento desta pesquisa é relevante em termos teórico-metodológicos, porque insere na agenda de pesquisa do Urbanismo, o tema da desigualdade socioespacial em cidades médias nordestinas.

A pesquisa se caracteriza como quali-quantitativa, pautada na interpretação dos fenômenos observados a partir de conceitos e teorias preexistentes, estabelecendo conexões entre os dados coletados e as leituras realizadas. Nesta pesquisa buscaremos articular as seguintes abordagens teórico-metodológicas: formação socioespacial, desigualdade e segregação socioespaciais, cidades médias e rede urbana, que se constituirão em enfoques basilares para a compreensão da temática aqui desenvolvida. A utilização destes conceitos e temas permitiu apreender as complexas relações espaciais e as dinâmicas de crescimento urbano em uma escala regional e global.

Como aporte teórico-metodológico acerca da formação socioespacial, se utilizou as abordagens de Castells (1996), Harvey (1973), Lefebvre (1974), Massey (2005), Santos (1978), Sassen (1998) e Soja (1996). Todos esses teóricos apesar de suas individualidades, em termos de perspectiva teórico-metodológica, reconhecem a interconexão entre as

relações sociais e a organização do espaço geográfico, destacando como as interações sociais influenciam a formação e transformação do ambiente construído das cidades e regiões. Além disso, compartilham a necessidade de entender as injustiças socioespaciais e as disparidades de acesso a recursos e oportunidades nas cidades, decorridas desde seu processo formativo.

As abordagens a respeito da desigualdade e segregação socioespacial tiveram como embasamento as proposições de Davis (1990), Harvey (1973), Lefebvre (1974; 2001), Muniz Filho (2021), Santos (1978; 1996; 2000), Soja (1989) e Villaça (2000) para os quais, o tema desigualdade socioespacial apresenta causas estruturais, incluindo processos como a migração, urbanização, segregação e a exclusão social. Para esses teóricos, os temas da desigualdade e segregação socioespacial são fundamentais para entender a dinâmica urbana e as questões sociais, econômicas e políticas que afetam as cidades e regiões urbanas.

Quanto às cidades médias, os principais autores que cooperaram para o entendimento da temática foram: Amorim Filho (1984), Bessa (2005), Corrêa (2007), Costa (2002), Santos (2005) e Sposito (2006; 2010). Esses autores, de forma diversificada, adotam uma gama de critérios, incluindo dimensão populacional, papel central na dinâmica urbana, modelagem do espaço e atividades econômicas, como referências fundamentais para compreender o conceito de cidades médias no contexto brasileiro.

Foram também analisadas algumas publicações específicas sobre a cidade de Itabuna, com vistas à apreensão do processo de formação socioespacial desse território. Entre os autores pesquisados, listam-se: Dantas (2014), Garcez (2005), Rangel e Tonella (2013), Santos (1996; 1997; 2005), Silva (2010) e Trindade (2014). Vale salientar que, a literatura a respeito da formação de Itabuna e a rede urbana do sul da Bahia é fundamental para compreender que a economia da região foi historicamente impulsionada pela produção de cacau, que desempenhou um papel fundamental na formação socioespacial da cidade, influenciando padrões de assentamento, distribuição populacional e estrutura urbana. Além disso, as abordagens destacam Itabuna como um centro econômico, político e cultural com relação a sua rede urbana, sendo que as suas interconexões com as outras cidades da região influenciam padrões de migração, comércio, transporte e fluxos de informação.

O trabalho foi conduzido de forma sistemática, iniciando com uma revisão de literatura abrangente sobre a temática proposta, incluindo consultas e análises de artigos científicos, trabalhos acadêmicos e outras obras que abordam, sobretudo, a segregação socioespacial em cidades médias. Em seguida, foi realizada a coleta de dados secundários, priorizando fontes institucionais confiáveis, como os sites da Prefeitura de Itabuna, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Superintendência de Estudos Econômicos e

Sociais da Bahia (SEI) e outras entidades públicas.

Esses dados foram tratados com ferramentas estatísticas e cartográficas, utilizando softwares específicos para a manipulação e visualização de informações, tais como Microsoft Excel, para a elaboração de tabelas, gráficos e quadros, e Sistema de Informação Geográfica Quantum (QGIS), para a produção de mapas temáticos. Esses produtos serviram como instrumentos de análise, auxiliando na sistematização e compreensão das dinâmicas urbanas observadas na área de estudo.

A análise foi realizada examinando como a desigualdade socioeconômica se manifesta nos bairros de Itabuna. Os mapas, tabelas, gráficos e quadros foram utilizados para identificar padrões e contrastes, permitindo uma interpretação mais detalhada.

As fontes de consulta foram acessadas por meio da Biblioteca Institucional da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), do Google Acadêmico e de sites de instituições públicas, como o IBGE e a SEI, com destaque para o site da Prefeitura de Itabuna e suas respectivas secretarias, especialmente a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR). Além disso, foi estabelecido contato direto com esta secretaria para obter informações cartográficas e documentos históricos e administrativos necessários à análise.

Além desta parte introdutória, esta pesquisa é composta por mais três capítulos com as respectivas subdivisões, e a conclusão. Na Introdução, foram estabelecidos os constructos da pesquisa traçando algumas abordagens teórico-metodológicas, explicitando o tema, os objetivos e as questões norteadoras que justificaram a elaboração e apresentação da mesma.

No segundo capítulo, “Formação Socioespacial de Itabuna – A cultura do cacau como Gênese de sua espacialidade”, que teve como recorte temporal o período entre meados do século XIX (ano) até o começo da década de 1990, buscou-se discorrer sobre a formação socioespacial de Itabuna, através de uma abordagem histórica de surgimento da cidade e sua rede urbana, a partir da implantação da cultura cacauceira. Para isso subdividiu-se esse capítulo em duas partes, sendo a primeira subseção “*Itabuna: o mito da origem*”, busca evidenciar como se deu o início do povoamento territorial de Itabuna e a sua população formadora, além da desmistificação de alguns “mitos” relacionados a formação da cidade. Já a segunda subseção intitula-se: “*Uma sociedade segregada: o coronelismo em Itabuna*”, aqui discorre-se sobre a cultura cacauceira, o trabalho nas lavouras, a hierarquia social do período, marcada pelo forte coronelismo, e a identificação da segregação socioespacial decorrente desse processo de formação socioespacial.

O terceiro capítulo, “Itabuna – Uma cidade média nordestina”, teve como recorte temporal o período a partir da década de 1990 até a década de 2020. Neste capítulo, traça-se

um panorama das principais abordagens acerca da apreensão da noção de cidades médias, identificando como Itabuna se configura como cidade média a partir dos conceitos apresentados. Tal capítulo está subdividido em duas seções “*Itabuna e sua relação com a Região Geográfica Imediata de Itabuna-Ilhéus*”, que discorre sobre a interação de Itabuna com sua hinterlândia, destacando a supremacia de Itabuna em relação a Ilhéus no que diz respeito ao fluxo de pessoas das cidades menores direcionados a ela pelo acesso a equipamentos e serviços. Já a segunda subseção, “*A influência Itabunense na rede urbana do Nordeste brasileiro*”, apresenta conceitos de rede urbana e identifica a atuação de Itabuna, como cidade média e polo regional, na rede urbana a qual está inserida.

O quarto capítulo “Segregação socioespacial urbana em Itabuna: favelas e comunidades urbanas” buscou discorrer mais profundamente sobre a desigualdade socioespacial em Itabuna. A partir de uma análise primeiramente teórica, o primeiro subtópico, “*Segregação socioespacial: algumas abordagens*”, foi fundamental para embasar a discussão e permitir o diálogo entre os referenciais teóricos e a realidade empírica apresentada nas subseções seguintes. No subtópico “*Evolução das Favelas e Comunidades Urbanas em Itabuna*”, apresenta-se uma análise da formação e ampliação das Favelas e Comunidades Urbanas na cidade de Itabuna, a partir da metodologia adotada pelo IBGE para descrever esses espaços. Na última subseção “*Condições socioeconômicas e de habitabilidade nas favelas e comunidades urbanas itabunenses: o caso das comunidades do São Pedro e Maria Pinheiro*” realizou-se uma análise espacial de duas favelas (São Pedro e Maria Pinheiro) a partir, principalmente, de indicadores sociais e relacionados a disposição de infraestruturas e serviços dessas áreas.

Na conclusão, apresentou-se uma síntese geral das abordagens teórico-metodológicas discutidas ao longo da pesquisa, buscando apontar caminhos e desdobramentos desta pesquisa, assim como, proposições para futuras investigações.

## **2 FORMAÇÃO SOCIOESPACIAL DE ITABUNA – A CULTURA DO CACAU COMO GÊNESE DE UMA ESPACIALIDADE**

A formação socioespacial, segundo Santos (1978) é o resultado da interação entre processos sociais e a organização do espaço geográfico. Dessa forma, a formação socioespacial é tratada como um processo dinâmico que envolve a produção do espaço geográfico por meio das interações sociais, econômicas, políticas e culturais. Lefebvre (1974) assinala que a formação socioespacial é um processo complexo que surge das interações diárias entre indivíduos e grupos sociais no espaço urbano. Lefebvre (1974) destaca ainda, que a formação socioespacial é o resultado das práticas sociais cotidianas que moldam e transformam o ambiente construído das cidades.

Contribuindo com essa abordagem, Massey (2008) trata o conceito de formação socioespacial como um processo contingente e relacional que reflete as diferentes experiências e narrativas dos habitantes urbanos. É importante que se entenda, que a formação socioespacial é marcada pela multiplicidade de vozes e perspectivas que contribuem para a produção do espaço geográfico (Massey, 2008), e se destaque, portanto, a importância da diversidade e heterogeneidade na criação de espaços urbanos dinâmicos e inclusivos. Soja (1996), também enfoca essa pluralidade presente no espaço urbano, afirmando que a formação socioespacial é influenciada por uma variedade de forças sociais e culturais, resultando na produção de espaços urbanos heterogêneos e contestados.

Ao argumentar sobre o papel da globalização e economia capitalista no processo de formação socioespacial, Castells (1996) trata a formação socioespacial como uma consequência da ascensão da sociedade em rede, enfatizando que a formação socioespacial é influenciada pelas redes de comunicação e tecnologias digitais que reconfiguram a geografia urbana. Também nessa perspectiva, Sassen (1998) aborda que a formação socioespacial é uma expressão da economia globalizada e das relações de poder que permeiam o espaço urbano. Ela destaca como as cidades se tornaram centros de poder econômico e político, caracterizadas por uma crescente polarização socioespacial e pela exclusão de certos grupos sociais.

### **2.1 Itabuna: o mito da origem**

A história de Itabuna está atrelada a uma “série de mitos e farsas” que foram passadas culturalmente e historicamente durante as gerações. Itabuna se espelha a toda uma formação socioespacial brasileira, em que se saúda o colonizador como a figura de um herói, enquanto

ainda busca-se apagar a cultura e a tradição dos povos originários. É como se antes da chegada de outros povos, que possuem o discurso “civilizador”, o território fosse vazio e sem qualquer dinâmica social.

Nesse sentido, a história contada sobre Itabuna tem uma narrativa muito romantizada e cheia de “exageros”. Suprime-se os povos originários como ocupantes primazes do território itabunense, para dar foco a um único homem sergipano, Félix Severino do Amor Divino, e sua família. Ou seja, enaltecer a figura de um “herói”, sendo por isso atrelada a essa história um ambiente selvagem, cheio de perigos e descobertas, que foram desbravadas para o surgimento da cidade de Itabuna.

Dessa forma, se concebe a esse povo sergipano, que é retratado como o grupo dominante, o lugar oficial na história itabunense, que se utilizam desse lugar de poder para estabelecer uma identidade social pautada na perpetuação de seus interesses. Ou seja, eles formam “um sistema de ideias-imagens de representação coletiva mediante o qual elas se atribuem uma identidade” (Pesavento, 1995, p.16).

Itabuna formou-se, inicialmente, a partir de um núcleo de povoamento, que em poucos anos tornou-se Tabocas (1857), passando uma década depois por um massivo povoamento, feito, principalmente, por migrantes sergipanos, que contribuiu para finalmente, em 1906, receber a titulação a qual é reconhecida até os dias de hoje: Itabuna, ainda na categoria de vila, que após quatro anos, foi elevada à condição de cidade. A cidade de Itabuna, é geralmente confundida com Ilhéus, que se assemelham na principal atividade produtiva, a cultura do cacau. Por conta disso, há uma necessidade nos discursos em se distanciar dessa semelhança, sempre atribuindo a Ilhéus a memória escravagista, devido a maior proximidade com os engenhos de açúcar e, delegando a Itabuna, o ideal do imigrante sergipano, limitando a este a plena responsabilidade pela implantação da cultura cacaueira e, conseqüentemente, crescimento da cidade de Itabuna.

A figura dos povos originários é raramente citada, e quando há menção aos povos indígenas, atribui-se a estes a caracterização de “empecilhos ao progresso”. Dessa forma, percebe-se que, historicamente a cidade já se encontra dividida entre dois grupos, que representam “classes” distintas: Tabocas (sergipanos, hegemônicos) e Ferradas (indígenas, hegemonzados).

Dentre a população indígena que habitava Itabuna estavam os povos: Botocudos, Pataxós e Camacans. Sabe-se que, sem a “ação pacificadora” desses povos (exercida pelos agentes hegemônicos), seria quase impossível que os imigrantes sergipanos conseguissem se fixar na região. Porém, a figura do indígena era reprimida pelos interesses dos grupos dominantes da sociedade itabunense, que excluía a importância política, econômica e cultural

desses povos. Destaca-se que, ao contrário da pejorativa imagem de “povos selvagens”, “atrasados” e “sem entendimento” passada pela elite da época, os Ferradas foram um dos povos que mais contribuíram para o desenvolvimento da região. Tudo que era produzido por esses indígenas aldeados, era partilhado entre eles para garantir a subsistência das comunidades indígenas, mas, também era “articulado às necessidades de mercado da região em atividades produtivas, extrativistas e artesanais desenvolvidas no interior dos aldeamentos” (Silva, 2010, p. 116).

## **2.2 Uma Sociedade segregada: o coronelismo em Itabuna**

A região cacauceira do Sul da Bahia se configurou tendo como base a concentração da terra, do poder político nas mãos dos coronéis do cacau e da precarização socioeconômica dos trabalhadores (Rangel; Tonella, 2013, p.77).

Desde o início da formação da cidade de Itabuna, a população já era organizada de forma segregada, visto que os cacauicultores ocupavam os cargos de maior prestígio na hierarquia da Guarda Nacional, tais como coronel, major e capitão, sendo as relações mantidas por conta de um exercício de poder destes na sociedade e, pelo mecanismo de apadrinhamento, que fazia com que as minorias fossem excluídas e segregadas, como é o caso dos indígenas. Havia uma explícita desigualdade, já que a riqueza e a prosperidade dos coronéis era um reflexo das longas jornadas de trabalho realizadas pelos trabalhadores rurais, que sustentavam a produção do cacau, vivendo em condições altamente precárias e abusivas.

Esse monopólio de poder nas mãos dos “coronéis” só era possível devido à grande riqueza advinda da produção do cacau. Essa cultura agrícola, até o final da década de 1980, foi capaz de fornecer tanta riqueza no sul da Bahia, que ficou popularmente conhecida no período como fruto de ouro (Freitas, 1979). Esse produto se diferenciava dos demais, dentre outros fatores, por não necessitar de um grande espaço para plantio, e por isso agregou características diferentes ao modelo de coronelismo no sul do estado da Bahia. Conforme assinala Angelina Garcez, historiadora da Universidade Federal da Bahia (UFBA), em entrevista para o jornal Repórter Brasil (2005):

O coronelismo no sul do estado é diferente daquele observado nos engenhos ou na pecuária dos sertões, que tinham como força motriz o latifúndio. No caso do cacau, o coronel mais forte era o que produzia mais. Não se comprava terra, mas pés de cacau.

O cacau passou a ser tão influente na formação socioespacial de Itabuna, que seu plantio ditava a instalação de redes de transporte e comunicação, que eram necessárias para o escoamento desse produto para os portos (sobretudo de Salvador e Ilhéus), e que posteriormente, seriam encaminhados para o exterior. O plantio de cacau na região do Sul da

Bahia ou Microrregião Ilhéus-Itabuna, durante mais de 200 anos, foi amplamente voltada para o mercado externo, com a finalidade de reforçar a balança comercial brasileira (Chiapetti, 2009).

As redes de transporte, apresentaram-se como símbolos de poder para os coronéis, além de mecanismos que propagam uma hierarquização socioespacial, visto que a medida em que essas redes foram se constituindo, mais os coronéis iam se consolidando no poder e demarcando o desenho e a dinâmica do espaço. Para isso, os coronéis se utilizavam do dinheiro público na criação de novas rodovias, a exemplo da BR-415, interligando Ilhéus-Itabuna e a BR-101; aeroportos, como é o caso do Aeroporto Jorge Amado (Ilhéus); além de contar com três estradas de ferro a disposição: estrada de ferro Ilhéus-Vitória da Conquista, estrada de ferro de Nazaré e a estrada de ferro da Bahia-Minas.

O poder dos coronéis era tão consolidado, que se materializava em coisas palpáveis e visíveis a toda sociedade, como em nomes de ruas, vias, organizações, além de terem sua imagem exibidas em lápides. Através disso, Itabuna crescia e implantava equipamentos diversos: pontes, ruas, escolas, cinemas, dentre outros, que passavam a mensagem de modernização e progresso advindas das riquezas do cacau. Esse era um processo, no qual os coronéis “marcavam a sua territorialidade”, a fim de lembrar aos habitantes a quem todos deviam prestar respeito, obediência, agradecimento e fidelidade.

Quando esses “lembretes” não eram suficientes para evocar a todos quem “mandava” no território, as ações dos coronéis eram bem mais brutas. Por conta disso, a população, de um modo geral, possuía certo temor dos coronéis, devido a suas ações extremistas em busca de expansão do poder e capital, e evitava ao máximo contrariá-los. De acordo com Rangel e Tonella (2013, p. 85):

Muitos pequenos produtores foram mortos pelos coronéis para que o latifúndio deles fosse crescendo. Quando eles concordavam em vender, eles compravam. Quando eles [os pequenos produtores] não vendiam, eles morriam [...].

Assim como o poder dos coronéis foi instituído a partir do ápice da produção cacaueteira, conseqüentemente, com a crise do cacau provocada principalmente após a proliferação da vassoura-de-bruxa<sup>1</sup>, e demais fatores (Quadro 1), esse poder foi progressivamente desaparecendo. “Com o empobrecimento dos cacauicultores, o respeito pelos coronéis e descendentes, seja por autoridade da hierarquia social, apreço, tradição, reputação, lealdade, ou por medo, se esfacela, é motivo de zombaria” (Rangel; Tonella, 2013, p. 86).

<sup>1</sup> Tipo de fungo patogênico, cientificamente chamado de *Crinipellis Perniciosa* – *Crinipellis*, é a denominação da doença que ataca o cacaueteiro no tronco e nas raízes causando seu apodrecimento. O fungo também estraga os frutos, comprometendo a produção em mais de 30% (Dantas, 2014, p. 24).



É importante destacar, que esse poder não foi interrompido abruptamente. Mesmo com a crise do cacau e o fim do coronelismo, a população e o território ainda sofriam a grande influência dos cacauicultores na tomada de decisões. E até novas instituições, como foi o caso da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), serviram de porta voz desses indivíduos. Segundo Rangel e Tonella (2013), a CEPLAC consistiu em uma comissão ligada ao Ministério da Agricultura, e que inicialmente tinha o objetivo de sanar as dívidas dos cacauicultores em 1957. Porém, a CEPLAC se tornou “um Estado dentro do próprio Estado” (Rangel; Tonella, 2013, p. 84). A partir dela os Cacauicultores impuseram a sua vontade sobre as políticas de produção e escoamento do cacau, já que possuíam uma participação direta nas decisões por meio do Conselho Consultivo do Cacau (CCPC) e dos Sindicatos Rurais (SR).

Quadro 1 - Fatores que ocasionaram a crise do cacau (1930-2012)

Período	Fator que contribuiu para a crise cacauera	Ações
1930 - 1982	Ruptura na forma recorrente de intervenção do Estado na Economia Cacauera.	Desde 1930, sempre que havia crise na lucratividade, o Estado intervinha criando instituições que auxiliavam na produção, circulação e comercialização do cacau:  1930 - Instituto do Cacau (ICB);  1957-Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacauera (CEPLAC);  1950, 1960 e 1970 - recomposição das dívidas dos cacauicultores.  1980 – Governo Federal: Plano de Recuperação da Lavoura Cacauera (PRLC).  1995 - Governo Estadual: Polo de Informática de Ilhéus.  (Ambas as ações não retomaram a dinâmica regional do passado.)
1989 - 1992	Vassoura-de-Bruxa (Crinipellis perniciososa)	Introdução criminosa da Vassoura-de-bruxa nos cacauais, reduzindo drasticamente a produção de cacau:  Segundo funcionários da CEPLAC e cacauicultores regionais, trata-se de bioterrorismo praticado por servidores públicos da CEPLAC, com o intuito de desestabilizar o domínio dos descendentes dos coronéis nos municípios.  A forma como o Estado atuou, via CEPLAC, na erradicação e controle da vassoura-de-bruxa não conseguiu recuperar a produtividade da lavoura.
1980 – 2010	Dispensa dos trabalhadores das lavouras e migração destes para as cidades e outras regiões.	Migração campo-cidade na microrregião Ilhéus-Itabuna maior do que a da Bahia e do Brasil. Ocasionalmente um decréscimo populacional na região de 3% de 1991-2000 e de 6,68% entre 2000-2010. (IBGE, 1991, 2000, 2010).  O fato acarretou uma escassez de mão de obra, tanto em quantidade quanto qualidade.
1995 - 2010	Crescimento de 172% dos Gastos Federais Sociais em 16 anos.	Os gastos saíram de R\$ 234 bilhões em 1995 para alcançar os R\$ 638,5 bilhões em 2010.  Alguns desses gastos foram direcionados a promoção social, como o desenvolvimento agrário, trabalho e renda.  Algumas medidas, como o caso do bolsa família, atenuou a crise do cacau, por apresentar alternativa de sobrevivência aos trabalhadores.  Por outro lado, os gastos pressionaram o valor do trabalho para cima, sendo obstáculos à contratação dos trabalhadores.
2002 - 2012	Reajustes reais ao salário-mínimo.	O reajuste acumulado do período de 2002-2012 aumentou 123,6%. (DIEESE, 2012). O que implicou em um maior dispêndio para contratações.

Fonte: Organizado por Reis (2024) com base em Rangel e Tonella (2013, p. 87-88).

É somente no ápice da crise, durante a década de 1990, através do somatório da introdução da vassoura-de-bruxa com a crescente concorrência internacional no plantio do cacau, que muitas fazendas de fato entraram em estado de falência, principalmente as localizadas às margens da BR-101. O cacau era desvalorizado progressivamente, e por ser produzido em grande escala, por países como a Costa do Marfim, teve seu preço barateado em pouco tempo. Essa ruptura no poder dos coronéis, por meio da desvalorização da cultura cacauífera, trouxe por consequência a mudança na estrutura produtiva e nas relações trabalhistas em Itabuna (Quadro 2).

Quadro 2 - Relações de trabalho na Região Cacaueira (Bahia) entre 1830-2013

<b>Período</b>	<b>Caracterização</b>
<b>1830-1888</b>	Período de trabalho escravo nas lavouras de cacau.
<b>1889-1910</b>	Retira-se a figura do escravo nas lavouras, e a estrutura trabalhista conta principalmente com os trabalhadores contratistas, diaristas, empreiteiros e aristas.
<b>1910-1960</b>	A partir de 1910, o Brasil lidera a produção mundial de cacau. Entre 1930 e 1960 surgem vários municípios decorrentes das riquezas do cacau. Período com grande taxa de trabalhadores empregados.
<b>1989-1990</b>	O fungo da Vassoura-de-Bruca se espalha pela região e ataca grande parte da produção de cacau. O preço do cacau cai muito no mercado internacional. Desemprego em massa dos trabalhadores.
<b>1990-2013</b>	Grande êxodo rural. Os trabalhadores vão para Itabuna e Ilhéus, formando periferias e favelas. Nos anos 2000, o trabalho do meeiro se consolida e se torna mão de obra constante nas fazendas.

Fonte: Dantas (2014, p. 25).

Elaborado por Reis (2024).

É nesse momento que surge um novo sujeito nas lavouras de cacau: o meeiro. Entrevistas realizadas por Dantas (2014, p. 42) expõem que:

Antes de entrar a vassoura né? A região era boa, tinha muito cacau, então, tudo ia bem. Tinha muita gente aqui, tudo fichado. Depois que entrou a vassoura, foi tudo baixando, baixando. Hoje só tem meeiro aí e mais nada.

O meeiro surge com a demissão em massa dos trabalhadores de cacau (Tabela 1), uma estimativa de 100 mil trabalhadores desempregados (Pimenta, 2000), que sem outra opção tiveram que migrar para as áreas urbanas, a fim de conseguir novos empregos e atividades. A maior parte desses trabalhadores tiveram como destino as cidades de Itabuna e Ilhéus, alterando significativamente seus espaços urbanos por meio da formação de periferias e favelas, que no

caso de Itabuna se concentraram ao redor da rodoviária (Rocha, 2008). Dessa forma, para os que restaram nos cacauais a única alternativa viável, foi tornar-se parceiro contratado pelo direito civil, saindo da categoria de trabalhadores assalariados (Dantas, 2014).

Tabela 1 - Total de trabalhadores na microrregião de Ilhéus-Itabuna (1940-1995)

Anos	Trabalhadores Permanentes		Trabalhadores Temporários		Total Geral
	Absoluto	%	Absoluto	%	Absoluto
1940	78.441	81,6	17.641	18,4	96.082
1950	88.364	67	43.631	33	131.995
1960	82.757	65,3	43.958	34,7	126.715
1970	67.976	65,6	35.589	34,4	103.565
1995	39.620	76,7	12.022	23,3	51.642

Fonte: Dantas, 2014.

Modificada por Reis (2024).

Entende-se então, por meeiro, os trabalhadores das roças de cacau que aderiram ao regime da parceria agrícola familiar. “Essa categoria estava associada a ser dono do tempo, da produção e, simbolicamente, da terra” (Dantas, 2014, p. 28). Essa nova classe de trabalhadores materializava o fim do “ciclo de ouro do cacau” e evidenciava o início de uma descentralização do poder, assim como a quebra da hierarquia no trabalho das lavouras de cacau. Era o fim do antigo sistema pautado na exploração de mão de obra barata, que produzia extensas quantidades de cacau por dia, sem que fossem amparados por direitos trabalhistas, já que a maior parte dos contratos de trabalho era apenas verbal (Ceplac, 1976), e início de um sistema de maior autonomia e vínculo com a terra para os trabalhadores.

Nesse período, as fazendas de cacau se tornaram “um “quase-bairro” cheio de parceiros explorando glebas” (Candido, 1964 apud Dantas, 2014, p. 79). Isso porque, o espaço era dividido e explorado por meeiros, que deveriam trabalhar por conta própria. Agora, os trabalhadores não deviam mais responder a um patrão, todos os meeiros configuravam um sistema de sócios autônomos, responsáveis por todas as partes da produção, incluindo a posse dos próprios equipamentos.

Fica claro que a crise do cacau, por meio da vassoura-de-bruxa, criou uma divisão temporal do antes e depois desse fungo e “colocou em suspensão os três trunfos do poder local – o cacau, o trabalhador e a terra” (Rangel; Tonella, 2013, p. 96). Isso fez com que estruturas, sejam elas físicas ou sociais, e movimentos surgissem a partir dessa transformação. Além das mudanças supracitadas, destaca-se que, assentamentos rurais começaram a existir com o apoio do Movimento Sem Terra (MST) na região (Lima, 2011). Além disso, os indígenas começaram a reivindicar suas terras anteriormente invadidas pelos fazendeiros de cacau, como foi o caso dos Tupinambás de Buerarema (Alarcon, 2012).

### 3 ITABUNA – UMA CIDADE MÉDIA NORDESTINA

A classificação de Itabuna como uma cidade média se torna complexa a medida em que sofre com desafios metodológicos na definição do termo “cidade média”, além da existência de uma série de especificidades no que se refere ao contexto nacional e regional ao qual ela está inserida. A questão decorre da não existência fixa e indiscutível de um padrão, ou seja, “uma padronização homogênea do que se considera uma cidade média, mesmo que haja características semelhantes para as concepções do termo nas mais diversas ciências” (Dias; Araújo; 2013, p.7).

Dessa forma, a classificação das cidades médias brasileiras ainda é um desafio, pois o que se considerava como padrão para defini-las, como a questão demográfica, área territorial, e função administrativa desempenhada, não é mais suficiente para descrevê-las, por se referir a um simples critério demográfico, o que não deve ser um fator descartado na classificação, mas não exclusivo e suficiente. Kelly Bessa (2005), assinala que, torna-se necessário somar-se a esse critério aspectos como: nível de funcionalidade urbana, especialização ou diversificação das atividades econômicas, natureza, intensidade e periodicidade das relações espaciais e o papel como centros de gestão do território, assim como se deve considerar a gênese e a evolução do contexto socioespacial no qual estão inseridas essas cidades.

Segundo Sposito (2006) essa reformulação do conceito de cidades médias foi influenciada pela globalização, a qual foi um processo que alterou a dinâmica da hierarquia das redes, estabelecendo novos contextos espaciais e rompendo-se com o antigo papel simplista das cidades médias que passaram a ser peça chave na estrutura das redes e fluxos nas diversas escalas.

Ou seja, houve a transformação do papel e influência das cidades médias nas redes urbanas, anteriormente rigidamente hierarquizadas e que passaram a possuir uma maior possibilidade e diversificação de relações com as cidades que compõem sua rede urbana. A principal questão refere-se ao fato de que as cidades médias “não possuem mais o perfil de desempenhar apenas papéis intermediários ou de ligação entre as cidades maiores e menores, já que vem participando de uma divisão territorial do trabalho que atinge a escala internacional [...]” (Sposito, 2006, p. 152).

Santos (2005), afirma que o que definia cidade média há décadas já não satisfaz a atual estrutura socioeconômica, onde uma cidade média suporte determinada qualidade de atividades e serviços os quais são essenciais para atender a uma população superior a 100 mil habitantes. Costa (2002, p. 109) explicita que:

As dificuldades em definir as cidades médias com base em critérios demográficos e funcionais estão associadas a vários fatores sobre os quais importa refletir. Por um lado, depende do grau de urbanização e do sistema de povoamento, por outro, depende do próprio conceito de urbano. Fatores como as diferenças na organização político-administrativa e o nível de desenvolvimento econômico e social de cada país ou região são igualmente importantes, permitindo relevar a necessidade de compreender as diferenças e os contextos regionais em que se inserem as cidades.

Sposito (2010) faz questão de pontuar a existência de cidades consideradas de médio porte como “aquelas, assim classificadas em um dado tamanho demográfico, em um dado país, segundo as mais diversas classificações ou tipologias” em contraponto ao conceito de cidades médias que seriam “aquelas que desempenham papéis de intermediação no âmbito de sistemas urbanos simples ou complexos.” (Sposito, 2010, p. 52).

Mesmo não havendo um consenso para definição de cidades médias, a concepção de Corrêa (2007) é uma das mais aceitas para compor critérios de classificação dessas cidades, tais quais: “tamanho demográfico, funções urbanas e estrutura interna” Corrêa (2007, p.10), que variam “de país para país e de região para região, sendo, naturalmente, função do nível de desenvolvimento alcançado, da posição e das condições geográficas e do estágio de processo de formação histórico-social de cada um desses países ou de cada uma dessas regiões” (Amorim Filho; Serra, 2001, p. 2-3).

Em se tratando de uma escala nacional, é recorrente classificar uma cidade média a partir de uma oscilação populacional de 100 a 500 mil habitantes, devendo possuir uma infraestrutura básica que permita o acesso a bens e serviços essenciais aos seus moradores e cidades circunvizinhas de menor porte. Porém, no caso específico do Nordeste brasileiro, as cidades médias tendem a não apresentar comércios e serviços tão diversificados e sofisticados, como os apresentados nas regiões mais ricas do país, sendo, por isso, reduzido até mesmo o seu porte populacional que pode oscilar de 50 a 100 mil habitantes, padrão que Itabuna chega a ultrapassar, com seus 186.708 habitantes (IBGE, 2022), firmando-se no patamar de cidade média em relação ao tamanho populacional, sendo parte dos 2,6% das cidades baianas que se enquadram nesse perfil (IBGE, 2010).

Além disso, Itabuna atende aos outros pré-requisitos necessários à classificação como cidade média (Quadro 3), possuindo efetivamente centralidade, papéis decisivos e estrutura que vão além do seu caráter demográfico. Itabuna apresenta-se como grande centro de localização de grandes equipamentos, além de um “influyente eixo viário dinâmico, que desempenha o papel de “pivôs de articulação” (Amorim Filho; Serra, 2001, p. 19).

Ao colocar em pauta a questão das cidades médias baianas, entende-se que a localização dessas cidades sofre influência dos processos históricos de divisão regional do trabalho e

concentração da população e das estruturas produtivas estaduais vinculadas ao antigo modelo ao qual eram subordinadas as cidades baianas: o agroexportador. Dessa forma, a maioria das cidades baianas identificadas como médias possuem em sua economia um forte caráter agrícola, tendo um tipo de produto agrícola em destaque, como é o caso de Itabuna com a cultura cacaueteira.

Quadro 3 - Critérios necessários para a classificação de uma cidade como média

<b>Brasil (Geral)</b>	<b>Bahia (Específica)</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Portes populacionais variando entre 100 mil e 500 mil habitantes.</li> <li>• Apresentar um centro relativamente complexo onde respondam mais do que demandas dos habitantes locais.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Registrar população oscilando entre 40 mil e 500 mil habitantes.</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Intercâmbios constantes e com razoável intensidade, grau de conectividade e qualidade com seu espaço regional e com as aglomerações hierarquicamente superiores.</li> <li>• Existência de um número razoável de subcentros, que atendam às necessidades de seus moradores.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Não está localizado na Região Metropolitana de Salvador (RMS).</li> </ul>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ser capaz de promover a dinamização do espaço rural microrregional que a envolve e apresentar alguma autonomia na geração de parte de seus equipamentos de relações externas.</li> <li>• Contar com uma periferia cuja evolução ocorra de forma descontínua espacialmente, e repentina, em termos temporais, o que produz uma estrutura polinucleada.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Se apresentar na condição de capital regional ou centro sub-regional de acordo com Regiões de Influência das Cidades (REGIC) (IBGE, 2007).</li> </ul>

Fonte: (Dias; Araújo, 2013, p. 10-15)  
Elaborado Reis (2024)

Além de Itabuna, identificou-se, na década de 1990, mais 28 cidades que exerciam grande influência na rede urbana baiana, que posteriormente foram subdivididas em dois grupos por grau de relevância, “rede urbana principal” e “rede urbana secundária”, sendo que “Itabuna compõe o primeiro grupo ao lado de mais 9 cidades, sendo elas: Salvador, Feira de Santana, Camaçari, Vitória da Conquista, Ilhéus, Paulo Afonso, Juazeiro, Alagoinhas e Barreiras” (Dias; Araújo, 2013, p. 17).

### 3.1 Itabuna e sua relação com a Região Geográfica Imediata de Ilhéus-Itabuna

Itabuna apresenta-se com a função de Capital Regional B (IBGE, 2018) exercendo

um grau de influência que se estende por mais de 40 municípios. Possui essa classificação desde 2008, através de estudo do IBGE que definiu Ilhéus e Itabuna como uma só unidade urbana (Aglomeração Ilhéus-Itabuna), sendo sua Região Geográfica Imediata (Figura 2) composta por 22 municípios, e 1.115 setores censitários (714 urbanos e 401 rurais), com cerca de 643.280 habitantes para o ano de 2022, ocupando uma área de 10.760,35 km<sup>2</sup> (IBGE, 2022). De toda a região imediata, Itabuna é o município mais populoso, com 186.708 habitantes (IBGE, 2022).

Destaca-se que Itabuna é um grande centro regional, atualmente não mais limitado na comercialização do cacau, que apesar de contribuir ativamente em seu PIB, não mais se configura como a única atividade econômica realizada na cidade. Ou seja, Itabuna deixou de ser completamente dependente do cacau e “passou a dedicar-se a outras atividades produtivas agrícolas e não agrícolas, como a indústria, o turismo, a prestação de serviços, a pecuária e a diversificação agrícola.” (Trindade, 2014, p. 88).

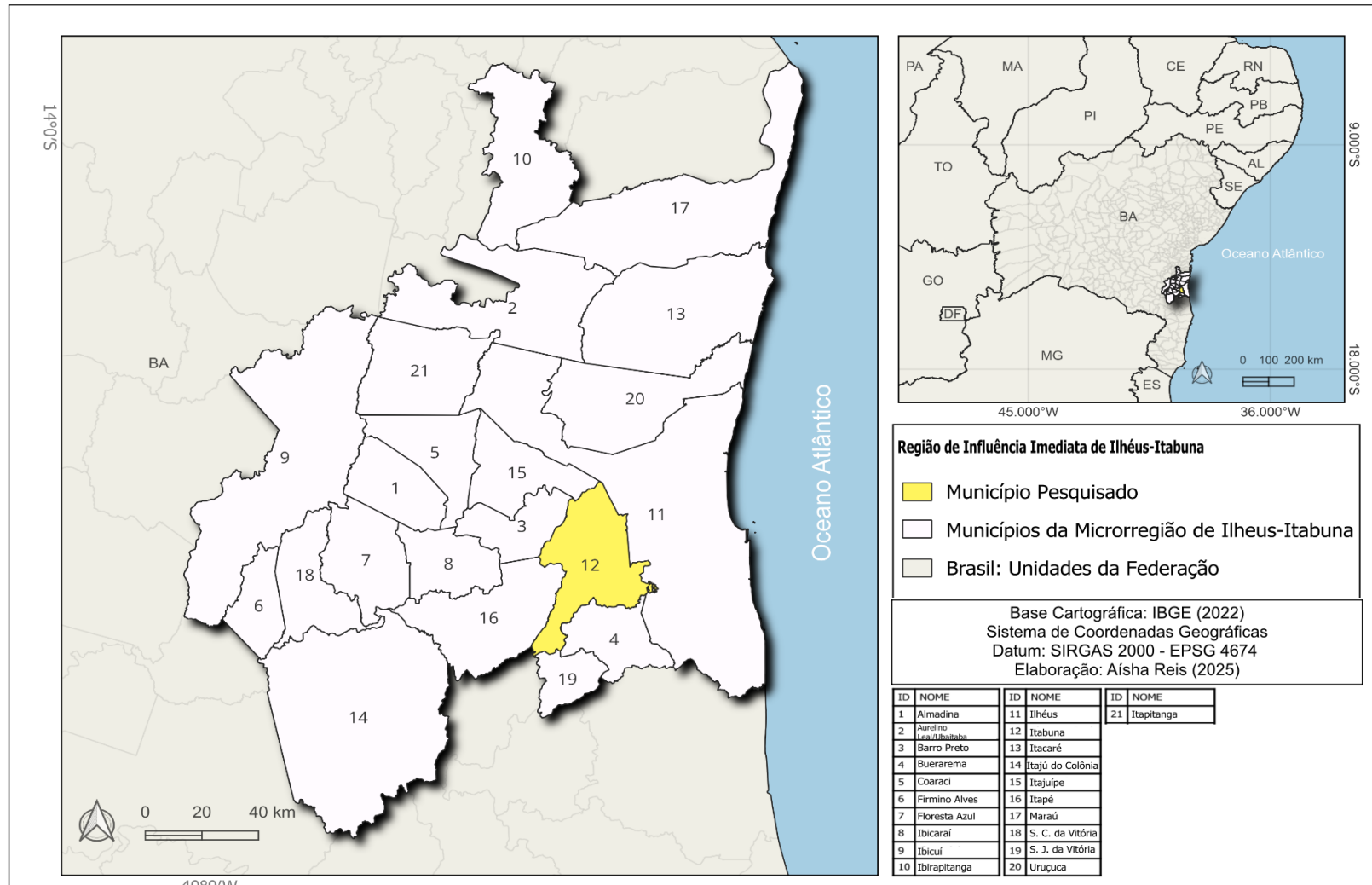
Atualmente, a principal atividade realizada em Itabuna é o comércio, tanto na escala do “microempreendedor”, com a atuação de donos de comércios varejistas de pequeno ou médio porte, localizados majoritariamente ao longo da Avenida do Cinquentenário e das ruas transversais. Quanto aos grandes empreendimentos comerciais, com investimentos de milhões de reais, relacionados sobretudo ao setor automobilístico, estão concentrados principalmente na Avenida J.S. Pinheiro, localizada na zona (sudoeste) da cidade, principal vetor de expansão (Trindade, 2014).

Há duas décadas, surge em Itabuna o que seria o primeiro, e até então único Shopping do sul e extremo-sul da Bahia, e logo, é equipamento importante no direcionamento e ampliação dos fluxos de pessoas (consumidores) de toda a hinterlândia para Itabuna. Ele é resultado da articulação do capital privado, que começa demonstrar interesse mais assiduamente na região cacaeira, especialmente nas duas cidades polo Itabuna e Ilhéus. Esse pensamento dialoga com o de Trindade (2014, p. 50) ao ele afirmar, que:

A economia ascendente da região começava a atrair a atenção de comerciantes e empresários de outros lugares da Bahia, do Brasil e mesmo do mundo que passaram a instalar empresas de negócios variados entre Ilhéus e Itabuna, ampliando, assim, as assimetrias já existentes entre esses dois centros e os demais lugares da hinterlândia regional.



Figura 2 - Mapa da Região de Influência Imediata de Itabuna-Ilhéus



Fonte: Dados de Pesquisa (2025), conforme dados do IBGE (2018). Elaboração: Reis (2025).

Esse fato deve-se a sua posição privilegiada, que desde o auge da produção do cacau tornava mais fácil o contato com as vilas e cidades menores do entorno, ou seja, sua hinterlândia. Como assinala Trindade (2014, p. 87):

Itabuna beneficia-se de seus atributos funcionais, de sua localização geográfica, e de sua pujança comercial para atrair para seu território recursos que poderiam estar sendo investidos nos próprios municípios de onde provêm, se aqueles dispusessem em seus territórios de uma gama de produtos e serviços que são disponíveis apenas nos centros regionais.

A questão é que diferentes agentes socioespaciais, desde o início de sua formação até o momento presente, atuaram/atuam para que a cidade exerça hoje uma grande influência com seu entorno, dotada de grandes infraestruturas, serviços e um comércio pujante. Dentre esses agentes, destaca-se inicialmente os grandes latifundiários, produtores de cacau, que exerciam forte influência e participação ativa nos cargos políticos-administrativos da cidade e acabariam se tornando a “burguesia” comercial em ascensão. Esses agentes foram responsáveis por desenvolver o sistema viário, através da abertura de estradas de rodagem em direção aos mais importantes centros cacauzeiros da Região, que por sua vez deram “origem a numerosos núcleos de população nascidos como entrepostos, sobretudo nos entroncamentos rodoviários” (Trindade, 2014, p. 116).

Além disso, esses grandes latifundiários, exportadores massivos de cacau, mantinham um sistema cruel de trabalho, baseado na exploração do trabalhador rural, que também foi ator fundamental na transformação da cidade em um grande centro econômico, já que apesar dos meios de produção serem de propriedade dos coronéis do cacau, a força trabalhadora era quem mantinha ativa toda a produção cacauzeira, através do trabalho manual, por horas extensas de plantio/colheita, sem que houvesse o retorno salarial adequado pela suas horas/esforço dedicado a aquela atividade. São esses mesmos trabalhadores, que ao final da crise e com o desemprego em massa, vão migrar para a cidade em busca de oportunidade de trabalho e moradia, fazendo com que o número de habitantes da cidade ultrapassasse o do meio rural, processo que foi decisivo para o posterior início da urbanização de Itabuna, que fez com que a cidade elevasse sua classificação para uma cidade média e precisasse a partir daquele momento de uma maior atenção, e, sobretudo, da implantação de mais complexos equipamentos e serviços para atender a essa demanda populacional.

Dessa forma, progressivamente, Itabuna foi concentrando serviços e equipamentos, que além de atenderem a demanda da população local, começaram a ser procurados por um

contingente expressivo da população regional, assim como pessoas provenientes de outras regiões da Bahia. Itabuna se firma como polo regional de saúde, possuindo mais de 7 hospitais, com alta capacidade e atendimento de média e alta complexidade, sendo que sua posição como polo regional de saúde se consolidou a partir da construção do Hospital de Base Luís Eduardo Magalhães (Hblem), que ainda hoje é o maior hospital público do sul da Bahia. Trindade (2014, p. 165) assinala que esse hospital é responsável por atender aos “41 municípios da Microrregião Ilhéus-Itabuna, além de 80 municípios de nove Microrregiões baianas (Valença, Porto Seguro, Boquira, Brumado, Guanambi, Itapetinga, Jequié, Livramento de Brumado e Vitória da Conquista)”. Além disso, Itabuna conta com um centro de radioterapia, mais de 50 clínicas públicas e privadas e atendimento móvel pré-hospitalar de urgência (SAMU).

Ao se analisar a relação de Itabuna com sua região imediata, principalmente com relação a cidades menores que ficam a até 40 km de distância, a atuação de Itabuna como um polo regional principal pode ser imediatamente percebida pelo alto fluxo das pessoas da sua hinterlândia de maneira constante em todo o ano, principalmente em busca dos serviços e equipamentos de saúde mencionados, além da questão comercial. Ilhéus monopoliza mais os fluxos ligados ao lazer, principalmente por ser uma cidade litorânea, mas no geral, Itabuna é o principal destino da população do entorno para acessar aos serviços de forma geral. Chama-se atenção apenas, que os serviços e fixos financeiros, como agências bancárias, não são atrativos marcantes, já que as cidades do entorno são autossuficientes nessa questão, e, portanto, as atividades deste serviço em Itabuna funcionam apenas de forma complementar.

### **3.2 A inserção de Itabuna na Rede Urbana do Nordeste brasileiro**

Uma rede urbana tem como base uma ou mais cidades que funcionam como centralidades e estruturam a economia da Região, e que tem ao seu redor várias pequenas cidades com seus mais diversos graus de dependência (Trindade, 2014). Dessa forma, como afirma Santos (2005, p. 89), “A rede urbana funciona como um conjunto de aglomerações, produzindo bens e serviços junto com uma infraestrutura de suporte e com fluxos que, por meio desses instrumentos de intercâmbio, circulam entre as aglomerações”. Entende-se, portanto, que as redes urbanas são dinamizadas por fixos e fluxos, “sendo os fixos os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral e os fluxos o movimento

e a circulação” (Santos, 1996, p. 77).

No caso da Região Cacaueira a implantação de fixos e fluxos foi heterogênea, sendo que Ilhéus e Itabuna comandavam a centralidade regional. Vale-se destacar, que “como a cacauicultura possui uma série de especificidades e vulnerabilidades, esses fixos implantados eram de extrema necessidade para a manutenção do cacau e viabilização da criação de fluxos” (Trindade, 2014, p. 20).

Ao analisar a dinâmica dos fluxos da região cacaueira, busca-se entender a questão dos transportes na região, que foi inclusive, um dos principais fatores que possibilitaram a própria formação da rede urbana dessa aglomeração. Isso, porque, até o início do século XX, o único meio de transporte utilizado na região era o fluvial, em que muitos produtores já se fixavam nas margens dos rios: Almada, Cachoeira, Fundão, Pardo, Contas e seus afluentes, ou utilizavam-se de animais, principalmente burros, para realizar o caminho até os portos. Assim, como afirma Trindade (2014, p. 21-22):

Nesse período não se considera que a região constitua uma rede urbana, pois ainda possuía características muito rurais, sem muita articulação entre os espaços, apenas contando com o predomínio de dois núcleos populacionais – Ilhéus e Itabuna – e alguns pequenos povoados e roças de cacau situados às margens dos rios.

Ao longo do século XX, a cultura cacaueira tornou possível a articulação entre os dois grandes centros (Ilhéus-Itabuna), com as cidades menores do entorno, além de outros espaços do globo, possibilitando, assim, a formação da rede urbana da região cacaueira. Nesse período, Itabuna vai se consolidando como entroncamento rodoviário, enquanto Ilhéus se firma como base portuária. Essa característica se torna mais marcante a partir dos incentivos e contribuições dos aparatos institucionais (Quadro 4), criados para representar os produtores e exportadores de cacau, que tinham como objetivo fortalecer a ideia de que existia ali uma região Cacaueira que estava contribuindo com o crescimento econômico da Bahia e do Brasil, para que como resultado atraísse a atenção do Governo Estadual e Federal a fim de captar recursos para a instalação, ampliação e modernização de equipamentos, principalmente ligados ao transporte, para que se possibilitasse uma maior fluidez do processo de produção, circulação e distribuição do cacau (Trindade, 2014).

Quadro 4 - Instituições vinculadas à atividade cacauera

<b>Instituição</b>	<b>Ano</b>	<b>Principais Funções</b>	<b>Escala</b>
Associação Brasileira de Cacauicultores (ABC)	1988	Representação dos interesses dos cacauicultores	Nacional
Associação Comercial de Itabuna (ACI)	1979	Promoção e defesa dos interesses comerciais	Municipal
Sindicatos Rurais de Itabuna e Ilhéus	1952	Representação dos agricultores rurais	Estadual
Cooperativa Central do Cacau Ltda.	1979	Organização da produção e comercialização do cacau	Regional
Instituto de Cacau da Bahia (ICB)	1931	Pesquisa, extensão e promoção da cacauicultura	Estadual
Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC)	1957	Implementação de políticas para a lavoura cacaueira	Federal
Conselho Consultivo dos Produtores de Cacau (CCPC)	1984	Assessoria e consultoria para os produtores de cacau	Nacional

Fonte: Elaborado pela autora, com base em Trindade (2014).

Dentre todas as instituições vinculadas à atividade cacauceira, a que mais influenciou para que Itabuna tivesse posição de destaque na rede urbana, foi o Instituto de Cacau da Bahia (ICB), responsável pela criação de novas estradas vicinais e rodovias, além da redefinição de trajetos que faziam Itabuna ampliar sua função de entroncamento rodoviário, além de estreitar suas relações com as pequenas cidades do entorno (Trindade, 2014). Nessa perspectiva, em pouco tempo “Itabuna já consolidada como centro regional do comércio varejista e de prestação de serviços, vai ampliando sua influência sobre um espaço regional outrora vinculado à influência isolada de Ilhéus” (Trindade, 2014, p. 45).

Dessa forma, a rede urbana de Itabuna passou durante as últimas décadas (1990-2020) por um processo gradual de “inversão” hierárquica entre os dois principais centros da rede: Ilhéus e Itabuna. Ilhéus que antes era considerada a principal entre as cidades da aglomeração, acaba perdendo o seu “posto” para Itabuna devido as muitas transformações (conforme mencionado), como foi o caso da crise da cultura cacauceira. “Essas transformações alteraram o ritmo, a intensidade, o conteúdo e o volume das interações espaciais entre os centros regionais e as pequenas cidades” (Trindade, 2014, p. 6).

Com a substituição do transporte ferroviário (1935), que era responsável por levar os produtos até o porto de Ilhéus, entre 1920 e 1930, pelo transporte rodoviário, “foram abertas estradas de rodagem, a partir de Itabuna, em direção aos mais importantes centros cacauceiros da Região” (Trindade, 2014, p. 51). Segundo Santos (1997), essa modificação fez com que cerca de metade da produção de cacau da região fossem transportados por rodovias, desvalorizando-se o transporte ferroviário e fluvial, a partir de 1946.

Como a estrada de ferro não avançasse (sic), os núcleos melhor colocados começaram por exercer o papel de entreposto. É, sobretudo, o caso de Itabuna, situada bem no meio da zona produtora. Isso lhe outorgou uma posição de verdadeiro doublet de Ilhéus, estendendo a uma área mais vasta as influências do porto. Disso se serviu para uma organização do espaço em seu derredor, canalizando os produtos recebidos através da estrada de ferro [...] Assim, Itabuna não tardou a deixar de utilizar o trem como meio de transporte. Para os passageiros é muito mais rápido e cômodo viajar de ônibus. Para o transporte de cargas, em tão pequena distância, o caminhão oferece as clássicas vantagens (Santos, 1997, p. 32).

É fato que a partir de 1950, com a posição estratégica de Itabuna, tendo em vista a valorização das rodovias e a criação de vias que a interligavam à Salvador, Vitória da Conquista e Jequié, entre outras cidades brasileiras de maior porte, como é o caso da ligação, via BR-101 entre as regiões Centro-Sul e a Nordeste, é que ocorreu uma transição gradual do papel de centralidade de Ilhéus para Itabuna, do “status” de centro econômico regional, “lugar

de passagem obrigatório de pessoas e mercadorias provenientes ou destinadas ao sul, sudoeste e extremo-sul da Bahia” (Trindade, 2014, p. 54).

Essa supervalorização do transporte rodoviário, que impulsionou a criação e modernização de novas vias, desencadeou uma série de consequências (Quadro 5), nem sempre positivas. Dentre essas vias, destacam-se as BR-101 e a BR-415, que ainda funcionam como “redes de articulação rodoviária na Microrregião Itabuna-Ilhéus” (Trindade, 2014, p. 77-78), mesmo após o período de crise cacaueteira e consolidação de novos fluxos e serviços oferecidos por Itabuna.

É válido ressaltar que, apesar de ter ocorrido uma alteração na hierarquia da rede, na qual Itabuna tornou-se um centro regional mais importante que Ilhéus, com relação aos fluxos em torno do comércio e dos serviços oferecidos, essa hierarquia não mudou completamente. Isso porque, as pequenas cidades que integram a rede urbana da Região Cacaueteira, ainda estabelecem vida de relações com Itabuna e Ilhéus, uma vez que, as duas cidades apresentam posições privilegiadas quanto à disposição de equipamentos, bens e serviços a sua hinterlândia. Além disso, apesar de Itabuna ter aumentado seu nível de influência em relação as pequenas cidades de sua rede, chegando a ultrapassar Ilhéus, as duas cidades exercem funções complementares, e, portanto, tornam-se uma unidade urbana, já que ao longo do tempo foi-se construindo e consolidando uma crescente interdependência entre as duas cidades. Essa unidade se consolida a partir do estudo do IBGE (2008), que trata o conjunto dessas duas cidades como uma só unidade urbana, atribuindo-as a identificação de Aglomeração Ilhéus-Itabuna (Figura 3), hierarquicamente considerada no âmbito do território brasileiro como uma capital regional B (Trindade, 2014).

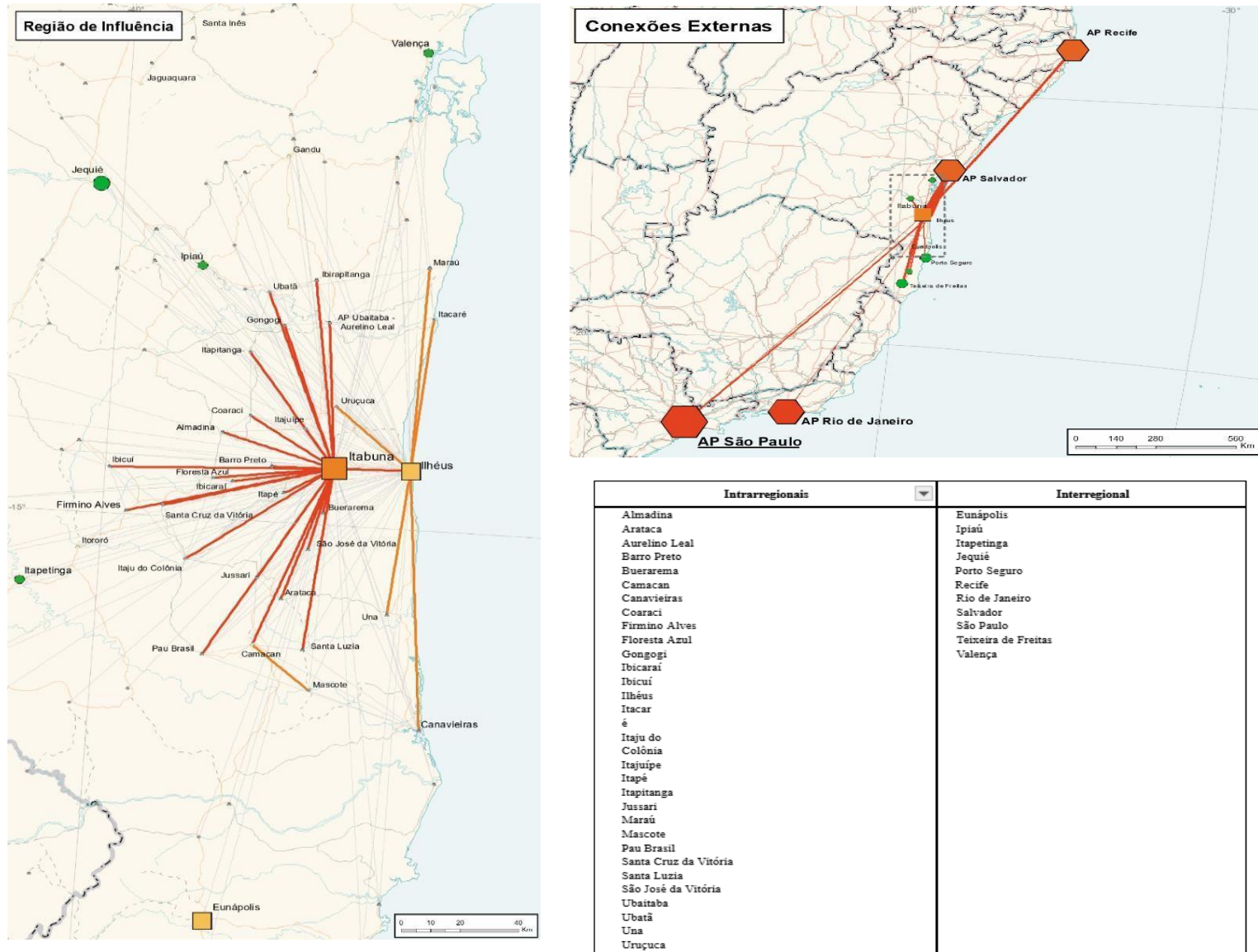
Quadro 5 - Consequências da implantação e modernização das malhas rodoviárias estaduais e federais na Microrregião Ilhéus-Itabuna

Urbanas	Ambientais	Regionais
<p>1. O incremento da urbanização, inclusive relacionada aos desmembramentos territoriais e à emancipação de muitas das atuais cidades da região, em meados do século XX.</p> <p>2. A expansão da malha rodoviária também foi muito decisiva na instalação de redes de suporte, que contribuem para densificar as conexões que ampliam o sentido da rede urbana, como as redes de energia elétrica, de telefonia, de comunicação, de correios e telégrafos.</p> <p>3. A rede rodoviária ampliou a circulação das atividades relacionadas ao setor terciário, fortalecendo a função comercial e de prestação de serviços dos centros regionais em detrimento dos demais municípios da Região.</p>	<p>1. A ampliação dos problemas ambientais de projeção nacional, pois a expansão da rede rodoviária tornou mais fácil o acesso a áreas outrora recônditas no interior da Região, o que significou aumento drástico do desmatamento da Mata Atlântica, da caça e da coleta ilegal de espécies da fauna e da flora típicas desse bioma;</p> <p>2. O aumento dos problemas ambientais urbanos relacionados a uma maior pressão antrópica sobre os recursos hídricos, tanto para consumo doméstico quanto industrial, e o despejo irresponsável dos dejetos sem tratamento no leito dos rios, especialmente sobre o Rio Cachoeira, que atravessa os territórios densamente urbanizados de Itabuna e Ilhéus;</p>	<p>1. A reconfiguração das relações hierárquicas regionais, acentuando-se o predomínio de Itabuna, e não mais de Ilhéus, sobre a hinterlândia regional;</p> <p>2. O recrudescimento dos fluxos de turismo rodoviário oriundos da própria Bahia e dos estados de Minas Gerais, Goiás, e do Distrito Federal, em direção a Ilhéus, Itacaré e Canavieiras;</p> <p>3. O desenvolvimento das conexões intrarregionais e inter-regionais com a ampliação dos fluxos de passageiros transportados pela empresa de transportes interurbanos, a Viação Sul Bahiano (Sulba), subsidiária do ICB, que tinha sede em Itabuna e a partir desta cidade mantinha ligações diárias com Ilhéus, Salvador e com grande parte dos municípios da região Cacaueira e mesmo</p>

Fonte: (Trindade, 2014, p. 74-76).



Figura 3 - Mapeamento de Itabuna e suas interações espaciais



Fonte: IBGE, 2018.

#### 4 SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL URBANA EM ITABUNA: FAVELAS E COMUNIDADES URBANAS

Favela, semifavela e superfavela [...] a isso chegou a evolução das cidades.  
Patrick Geddes (1915 apud Davis, 2008)

No Brasil, a formação de favelas reflete processos históricos de desigualdade e de segregação promovidos pelo próprio Estado, o qual adotou uma postura seletiva diante da urbanização popular. Como observam Gilbert e Ward (1985), “embora o capitalismo irrestrito tenha uma face em geral inaceitável, o Estado corrupto que age em favor dos ricos é ainda pior. Em tais circunstâncias, pouco há a ganhar com a simples tentativa de melhorar o sistema”. Ou seja, a favela não foi criada pela ausência do Estado, mas por um Estado seletivo, que ao mesmo tempo em que reconhecia determinados bairros populares, ignorava ou combatia outros. Nesse viés, a política urbana brasileira, especialmente até meados do século XX, negligenciou a população de baixa renda e seu direito à cidade, criminalizando ocupações informais e negando-lhes infraestrutura e serviços básicos.

A cidade de Itabuna, no sul da Bahia, reproduz em escala local as desigualdades socioespaciais observadas no plano nacional, mas com características históricas e institucionais próprias. O surgimento das favelas na cidade, está diretamente ligado ao processo de urbanização desigual e à ausência de políticas habitacionais estruturadas. Segundo Santos (2009), a ocupação urbana de Itabuna foi marcada por uma intensa migração rural-urbana e pela falta de planejamento por parte do poder público.

No século XX, com o advento da urbanização em Itabuna, mais precisamente na década de 1960, a periferia foi o lugar social para os excluídos: dos índios destribalizados, em função da perda da terra; dos negros e negras, tendo em vista o caráter conservador da abolição; e dos brancos pobres marginalizados. Todos se amalgamaram enquanto grupo social, explorado em sua força de trabalho. Trata-se de uma região marcada por uma estrutura latifundiária e monocultora, que tem, no seu processo de urbanização, elementos do mundo agrário. Os impulsos e as forças do mercado e seus agentes conduziram a uma urbanização orientada pelos interesses particulares e imobiliários, ficando o poder público municipal itabunense à mercê dos interesses privados, sem poder parar, conter, frear ou planejar essas ações. (Santos, 2009, p. 8-9).

Como destaca Davis (2008), a formação desses assentamentos não é impulsionada pela industrialização ou pela expansão de empregos urbanos formais, mas pelo colapso rural. Segundo ele, uma “onda de pobres rurais foi atraída para a cidade pelo modelo de crescimento econômico nacional” (Davis, 2008, p. 63), que sem outra opção “caíam de paraquedas na

periferia da cidade [...] empurrados por forças violentas e irresistíveis [...] impondo com avidez o seu “direito à cidade”, ainda que isso significasse apenas uma choça em sua periferia” (Davis, 2008, p. 64). E assim, nas mais diversas cidades do mundo, “o campo começou a transbordar para as cidades” (Davis, 2008, p. 67). Essa afirmação é central para compreender o deslocamento populacional em larga escala que contribuiu para o crescimento acelerado de assentamentos informais em áreas de risco, sem infraestrutura mínima e fora das normas urbanísticas formais.

#### **4.1 Segregação socioespacial: algumas abordagens**

Por possuírem raízes históricas, intensificadas pelo crescimento desigual das cidades, especialmente no contexto de urbanização acelerada no século XX, a segregação socioespacial se apresenta como um tema recorrente na discussão sobre o planejamento urbano. O estudo sobre essa segregação, segundo Villaça (2000), é essencial para compreender o espaço intraurbano e buscar "modelos" de planejamento que sejam inclusivos e promovam a integração social. No Brasil, fatores como a herança colonial, a escravidão e as políticas habitacionais excludentes, desenvolvidas para a formação de periferias carentes de infraestrutura e centralidades elitizadas, vêm reforçando desigualdades históricas e estruturais.

Soja (1996) desenvolveu o conceito de “espaço de terceiro”, que destaca as interações complexas entre o espaço físico e as relações sociais. Ele argumenta que a segregação socioespacial é o resultado da interseção entre o espaço real e o espaço percebido. Soja (1996) afirma que a desigualdade socioespacial é uma manifestação das relações de poder que moldam o espaço urbano, resultando na marginalização de certos grupos sociais em áreas periféricas desprovidos de recursos e infraestrutura adequados. Ou seja, seguindo esse pensamento é possível compreender a desigualdade socioespacial como uma manifestação tangível das relações de poder e dominação que permeiam a vida urbana.

Davis (2008), analisa a relação entre urbanização, pobreza e segregação, destacando que a desigualdade socioespacial se torna exacerbada pela especulação imobiliária e políticas governamentais. Segundo Davis (2008), as cidades tornam-se paradoxalmente locais de esperança e desespero, onde “as promessas” do capitalismo muitas vezes falham em materializar-se para os pobres marginalizados. Assim, Davis (2008) afirma que as políticas de desenvolvimento urbano favorecem os interesses das elites econômicas, resultando na segregação espacial e na formação de guetos de pobreza onde as condições de vida são precárias e as oportunidades são limitadas.

É preciso compreender a segregação como um fenômeno multifacetado, e que varia sua intensidade de acordo com a realidade de cada lugar. Além disso, a segregação deve ser apreendida como reflexo de um padrão de “desenvolvimento” que privilegia grupos mais abastados, ao concentrar investimentos públicos e privados em áreas específicas, enquanto comunidades periféricas enfrentam a precariedade de serviços básicos, como transporte, saneamento e saúde. Como assevera Villaça (2000, p. 141), nas cidades brasileiras, o tipo de segregação mais evidente é a “espacial dos bairros residenciais das distintas classes sociais, criando-se sítios sociais<sup>2</sup> muito particulares”.

Essa segregação perpetua um ciclo de exclusão, onde as populações periféricas têm oportunidades limitadas de mobilidade social e acesso desigual ao direito à cidade. Lefebvre (2001), afirma que o direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos, na condição do direito à liberdade, à individualização na socialização, à obra e à apropriação. Dessa forma, a existência da segregação se materializa como mecanismo de afastamento entre o indivíduo e o seu direito à cidade. Esse problema faz com que as classes de baixa renda sofram com o chamado “exílio na periferia”, conforme afirma Milton Santos (1978). Essa arquitetura da desigualdade faz uso de muros para separar a elite da classe trabalhadora, sendo uma das paisagens visíveis da desigualdade socioespacial.

Logo, a desigualdade socioespacial é um fenômeno que influencia diretamente a vida e dinâmica das pessoas na cidade. Ela é o resultado da interseção complexa de fatores socioeconômicos, políticos e culturais, e pode se manifestar de várias maneiras, incluindo a segregação residencial, que será o foco nesta pesquisa. Lefebvre (2001) argumenta que o espaço é socialmente construído e que as relações de poder influenciam a produção e a distribuição desigual do espaço urbano. Para Lefebvre (2001), a cidade não é apenas um espaço físico, mas também um espaço de produção social onde as relações de classe se manifestam. A falta de acesso equitativo aos recursos urbanos perpetua a desigualdade socioespacial.

Dessa forma, por conta da segregação socioespacial, a cidade se torna o lugar do confronto, em que, para se lutar pelo acesso aos serviços e equipamentos urbanos, que em tese já deveriam ser amplamente democratizados, ou seja, de livre e de fácil acesso a todos, é necessário que se haja manifestações sociais, que demonstrem a insatisfação popular perante o descaso dos poderes públicos. Assim, as cidades saem daquele simples conceito

---

<sup>2</sup> Sítios sociais, segundo Milton Santos (1993, p. 96 *apud* Villaça, 2000 p.141) são espaços modificados pelo “funcionamento da sociedade urbana, afeiçoando-os às suas exigências funcionais. É assim que certos pontos se tornam mais acessíveis, certas artérias mais atrativas e, também, uns e outros mais valorizados”.

de espaço de convivência e relações sociais e passam também a se configurar como lugar de expressão dos conflitos e enfrentamentos.

## **4.2 Evolução das Favelas e Comunidades Urbanas em Itabuna**

Os motores impiedosos da especulação imobiliária, da renovação urbana e do embelezamento expulsam milhões de moradores pobres da cidade para a desesperança do vale das sombras dos arrabaldes periféricos (Davis, 2008, p. 9).

A partir da metodologia adotada pelo IBGE (2024) para identificar áreas caracterizadas como Favelas e Comunidades Urbanas, e seus esforços em mapear e estudar essas áreas em todo o país, foi possível evidenciar a existência desses espaços nas cidades, por vezes ocultos e invisibilizados nos próprios instrumentos jurídicos e urbanísticos que estas possuem. O Plano Diretor Municipal de Itabuna, por exemplo, vigente desde 2008, demarca parcialmente esses espaços, deixando uma parcela significativa de comunidades sem regulamentação e inexistentes perante esse importante instrumento de coordenação da política urbana municipal. Profice; Gomes e Luna (2023), afirmam que são 13 favelas e comunidades urbanas sem referência na Lei Municipal de Itabuna (Quadro 6) e, por consequência, configuram-se como “bairros que nasceram, cresceram e permaneceram ao longo dos anos desassistidos de medidas eficazes para garantir o mínimo para condições de vida digna” (Profice; Gomes; Luna, 2023, p. 15).

A partir da análise do Plano Diretor Municipal de Itabuna (Lei 2.111/2008), é possível identificar que a evolução das favelas e comunidades urbanas não é um fenômeno recente, “mas é fruto do crescimento da cidade desassistida de políticas urbanísticas condizentes com as necessidades da população e que ao longo dos anos foi se agravando até chegar no atual contexto” (Profice; Gomes; Luna, 2023, p. 15). Desde 2008, este plano “já anunciava e demarcava em quais localidades estão as estruturas mais frágeis e precárias da cidade” (Profice; Gomes; Luna, 2023, p. 15), o que evidencia que a desigualdade socioespacial em Itabuna é notadamente visível, a ponto de ser facilmente delimitada. Tal realidade não persiste por falta de conhecimento sobre as áreas afetadas, mas sim pelo descaso do poder público em implementar medidas efetivas de transformação.

Quadro 6 - Relação de Favelas e Comunidades Urbanas em Itabuna com base na presença x ausência no Plano Diretor

Nome da Favela / Comunidade Urbana	Total de Domicílios (2019)	Total de Domicílios (2022)	Zona Referente no Plano Diretor	Nome da Favela / Comunidade Urbana	Total de Domicílios (2019)	Total de Domicílios (2022)	Zona Referente no Plano Diretor
Nova Esperança	192	359	Não abarcada pela Lei	Sarinha / Gogó da Ema	584	811	Zona Especial de Interesse Social 02
Rua Paraíso/Ferradas	166	254	Zona de Expansão Urbana 2	Vila Anália	197	242	Zona Especial de Interesse Social 01
Cajueiro	162	236	Não abarcada pela Lei	Novo São Caetano	197	222	Não abarcada pela Lei
Maria Matos	266	319	Não abarcada pela Lei	Novo Fonseca	286	316	Não abarcada pela Lei
Ilha Verde	30	-	Não abarcada pela Lei	Gegeu / Baixa Fria	255	276	Zona Especial de Interesse Social 01
Sinval Palmeira	697	801	Zona Especial de Interesse Social 01	Vale do Sol	126	194	Zona Especial de Interesse Social 01
Dendê	65	97	Zona Especial de Interesse Social 02	Maria Pinheiro	140	157	Zona Especial de Interesse Social 01
Beira Rio / Nova Itabuna	247	221	Zona Especial de Interesse Social 01	Daniel Gomes	391	547	Zona Especial de Interesse Social 01
Parque Santa Clara	146	398	Não abarcada pela Lei	Pedro Jerônimo	556	818	Zona Especial de Interesse Social 01
Baixa Fria	30	-	Zona Especial de Interesse Social 01	Zizo	119	176	Zona Especial de Interesse Social 01
Banco Raso Beira Rio	317	392	Zona Residencial 02	São Pedro	706	999	Zona Especial de Interesse Social 01
Novo Jaçanã	120	194	Não abarcada pela Lei	Corbiniano Freire / Pau Caído	134	220	Zona Especial de Interesse Social 01
Novo Lomanto	215	261	Não abarcada pela Lei	Vila da Paz	30	-	Zona Especial de Interesse Social 02
Santa Catarina	144	355	Não abarcada pela Lei	Vila Vital	53	88	Não abarcada pela Lei
Manoel Leão	240	482	Zona Especial de Interesse Social 01	Caixa d'Água	403	599	Zona Especial de Interesse Social 01
Novo Mangabinha	72	173	Não abarcada pela Lei	Novo Horizonte	288	447	Não abarcada pela Lei
Nossa Senhora das Graças	30	-	Zona Especial de Interesse Social 01	Santa Inês	449	416	Zona Especial de Interesse Social 01
São Lourenço	100	193	Zona Especial de Interesse Social 01	Nova Califórnia	246	295	Zona Especial de Interesse Social 01
Jardim Grapiuna	30	-	Zona Especial de Interesse Social 01	Parque Boa Vista	30	-	Zona Especial de Interesse Social 01
Conjunto Ceplac	229	139	Zona Especial de Interesse Social 02	Vila Tetê / São Roque	150	130	Zona Especial de Interesse Social 02

Nota:  Incluída no Censo Demográfico IBGE (2022)  Não Incluída no Censo Demográfico IBGE (2022)

Fonte: Modificado por Reis (2024) com base em Luna (2021, p. 52) e IBGE (2022)

A Lei nº. 2.361 de 2016, Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo do Município de Itabuna, espacializa a cidade em zonas que levam em consideração indicadores, como: infraestrutura, acesso a serviços públicos e renda. As principais zonas evidenciadas na supramencionada lei, compreendem: (i) Áreas de Ocupação Consolidadas (AOC), que corresponde aos bairros dotados de infraestrutura; (ii) Áreas de Ocupação Prioritária (AOP), correspondente às áreas centrais e mais valorizadas do centro urbano; (iii) Área de Ocupação Moderada (AOM) ocupadas especialmente por uma população de média e alta renda com alto índice de utilização e verticalização; (iv) Áreas de Requalificação Urbana (ARU), ocupadas predominantemente por população de baixa renda e com carência de infraestrutura, periféricas, localizadas próximas às áreas de expansão da ocupação urbana e; (v) Áreas Centrais (AC), com predominância de atividades do setor terciário com possibilidade de diversidade de atividades e de empreendimentos.

A análise cartográfica coloca em evidência a profunda desigualdade socioespacial existente em Itabuna. O Geoprocessamento dos dados relacionados aos indicadores de renda, infraestrutura e disposição de serviços públicos (Figuras 6, 7, 8, 9, 10 e 11), mostra que a área central reúne bairros de maior renda e infraestrutura consolidada, como o Zildolândia (Figura 4), caracterizados por ruas pavimentadas, saneamento básico completo, ampla arborização e boa oferta de serviços públicos e privados. Em contraste, as áreas pertencentes às favelas e comunidades urbanas (Figura 12), como o bairro Maria Pinheiro (Figura 5), concentram a população de menor poder aquisitivo e apresentam problemas estruturais alarmantes. Nessas áreas, os indicadores apontam menor cobertura de saneamento, precariedade no sistema de drenagem, problemas habitacionais e dificuldades de acesso a equipamentos públicos essenciais, como escolas, postos de saúde e áreas de lazer.

Figura 4 - Vista do Bairro Zildolândia, Itabuna-BA



Fonte: mgfImóveis (2025)

Figura 5 -Vista do Bairro Maria Pinheiro, Itabuna-BA

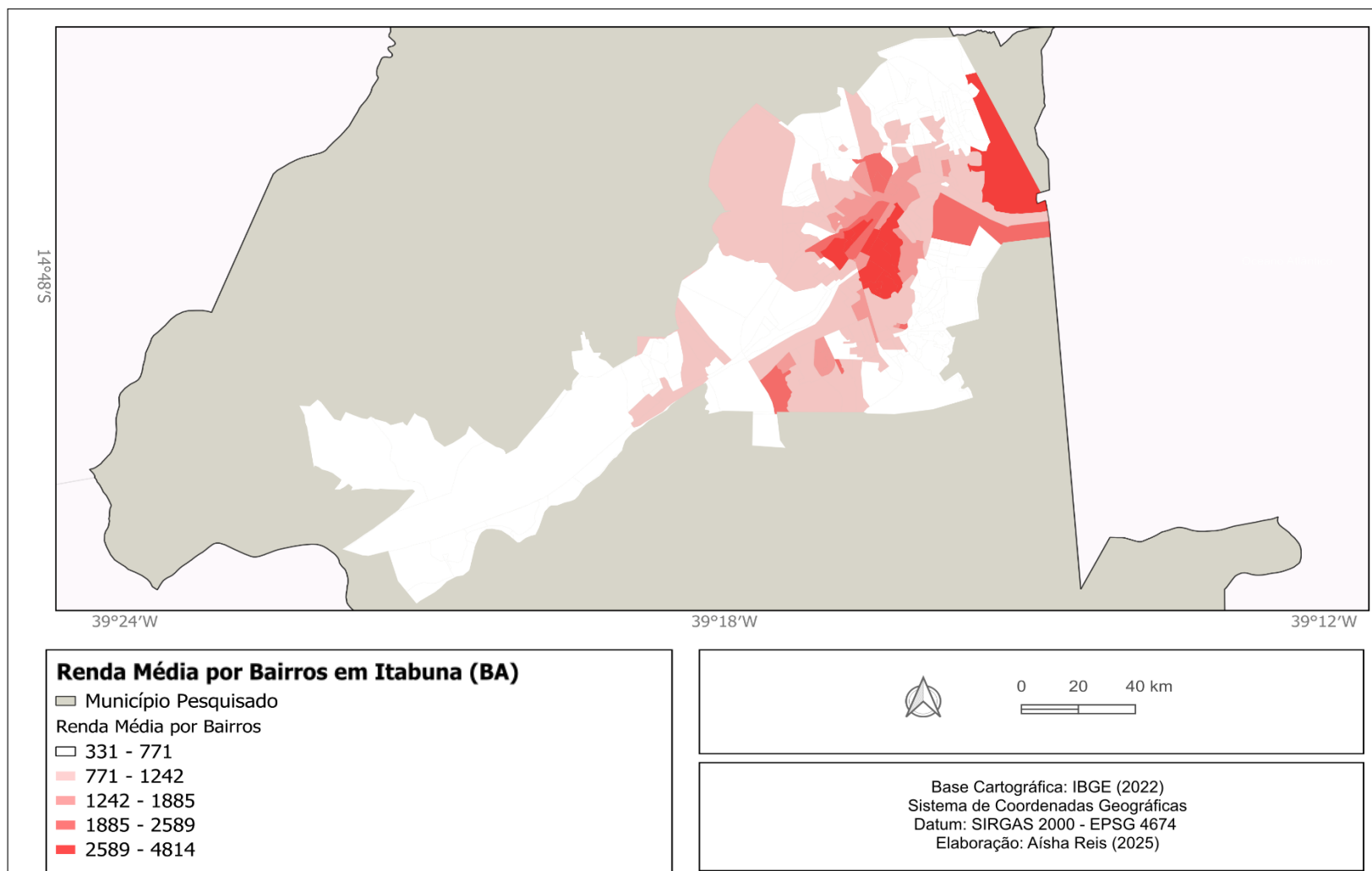


Fonte: Verdinho Itabuna (2021)

A sobreposição dos dados cartográficos obtidos revela que não se trata apenas de diferenças econômicas, mas de um conjunto de carências interligadas que reforçam o ciclo de exclusão social. Áreas de menor renda coincidem com aquelas onde a cobertura de serviços básicos é mais baixa e onde a vulnerabilidade socioambiental é maior. Essa configuração, já identificada em estudos sobre a pobreza multidimensional no município (Luna, 2021), não apenas delimita a concentração dos espaços de privilégios e dos espaços precarizados, como também demonstra a omissão do poder público, que permanece inerte diante das evidências e negligência a implementação de políticas capazes de enfrentar a desigualdade.

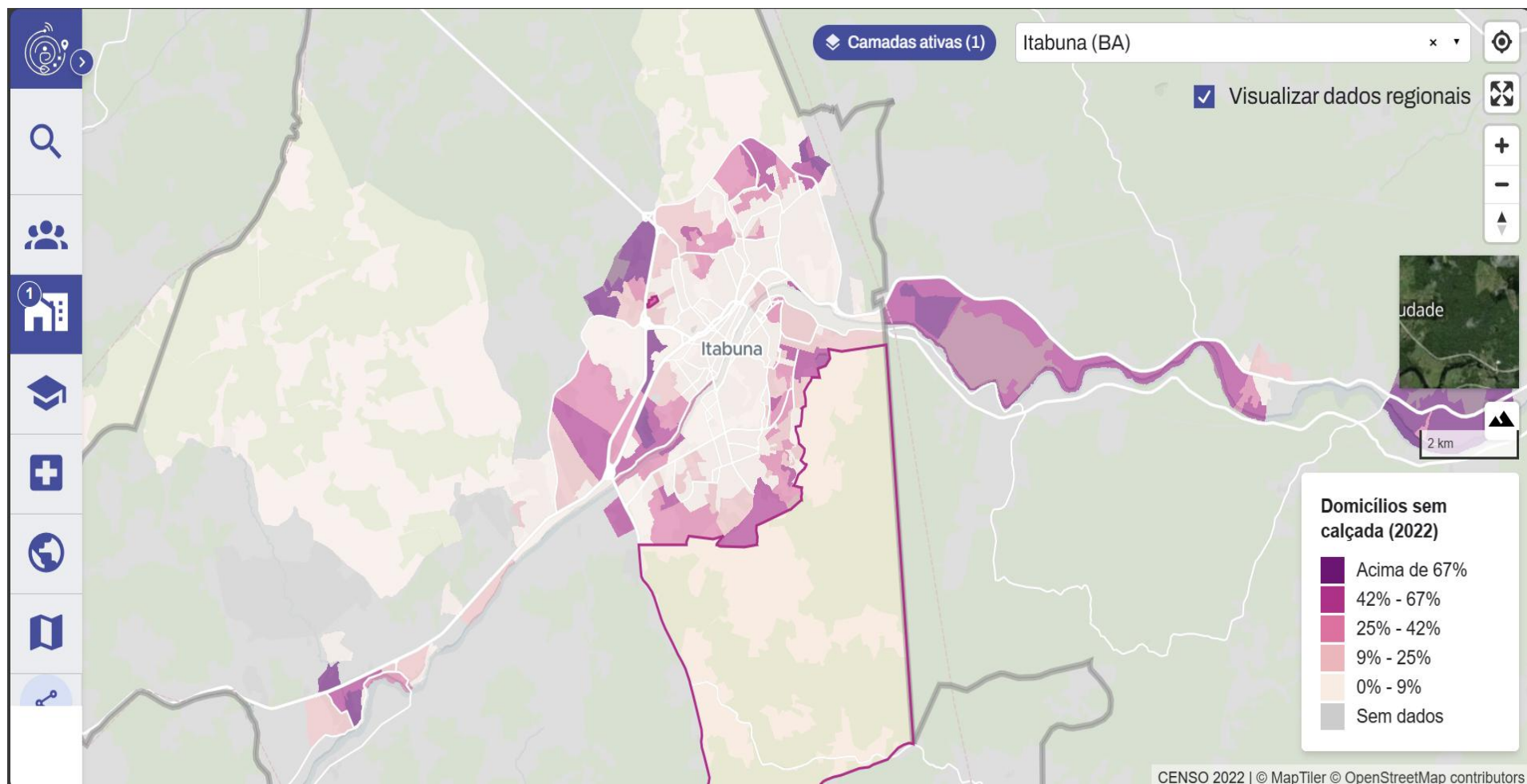


Figura 6 - Mapeamento de Renda Média por Bairro em Itabuna-BA



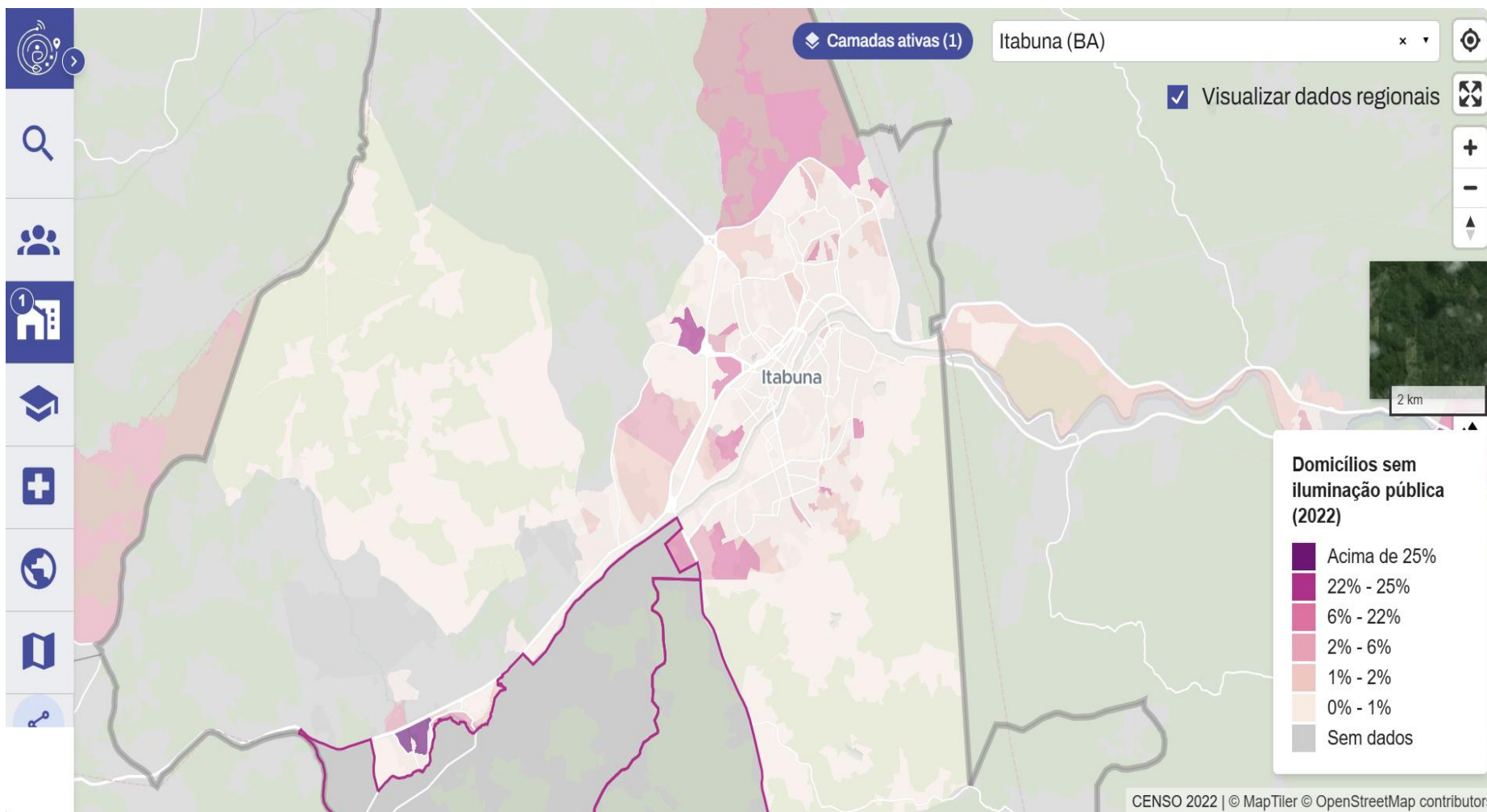
Fonte: Elaborado por Reis (2024) com base nos dados do Censo IBGE (2010)

Figura 7 - Cartograma: infraestrutura urbana da cidade de Itabuna (BA) - Domicílios sem Calçada



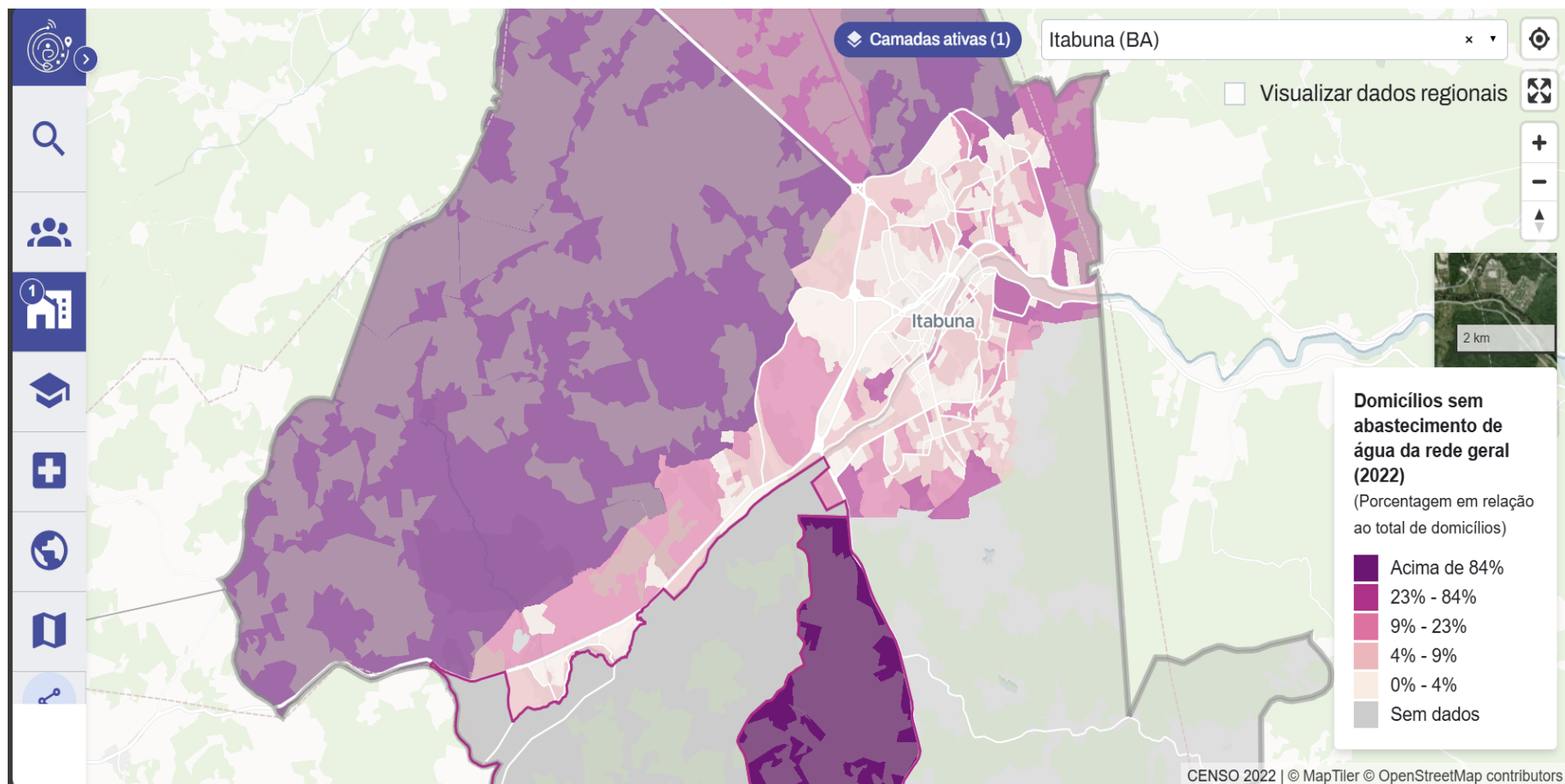
Fonte: GeoReDus: Resultados do Censo IBGE (2022)

Figura 8 - Cartograma: infraestrutura urbana da cidade de Itabuna (BA) – Domicílios sem Iluminação Pública



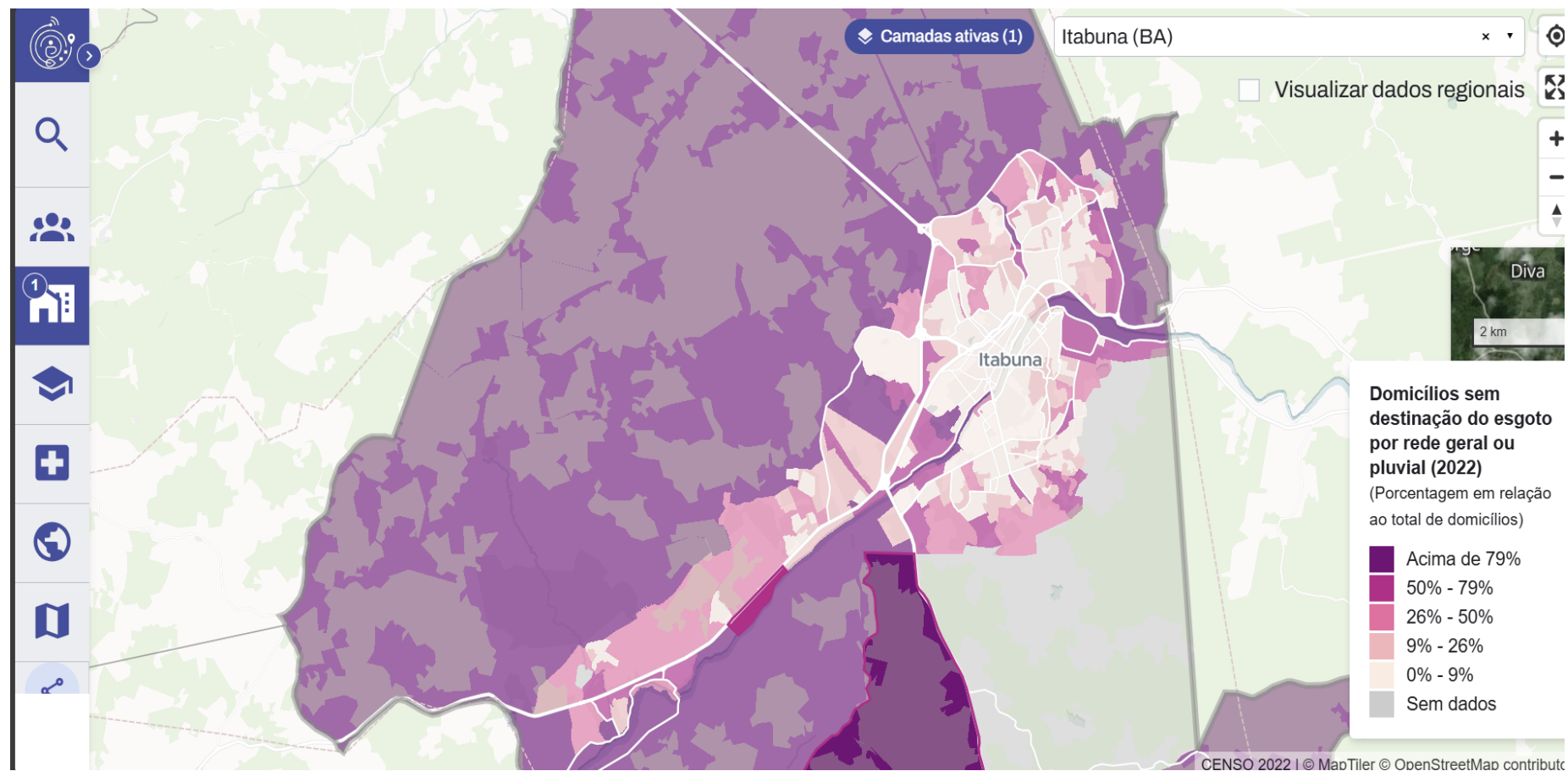
Fonte: GeoReDus: Resultados do Censo IBGE (2022)

Figura 9 - Cartograma: serviços urbanos da cidade de Itabuna (BA) – Abastecimento de água



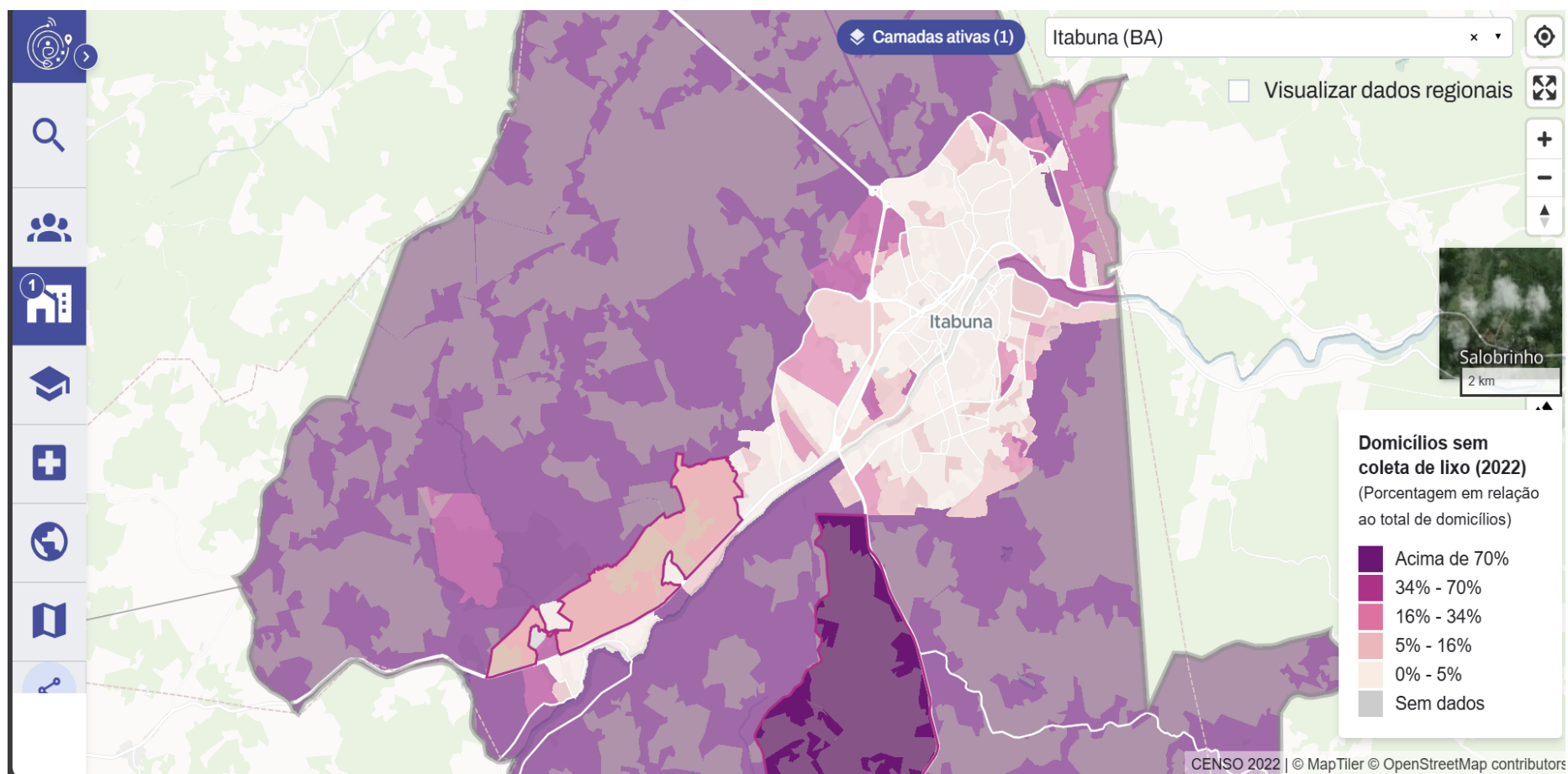
Fonte: GeoReDus: Resultados do Censo IBGE (2022)

Figura 10 - Cartograma: serviços urbanos da cidade de Itabuna (BA) – Destinação do esgoto



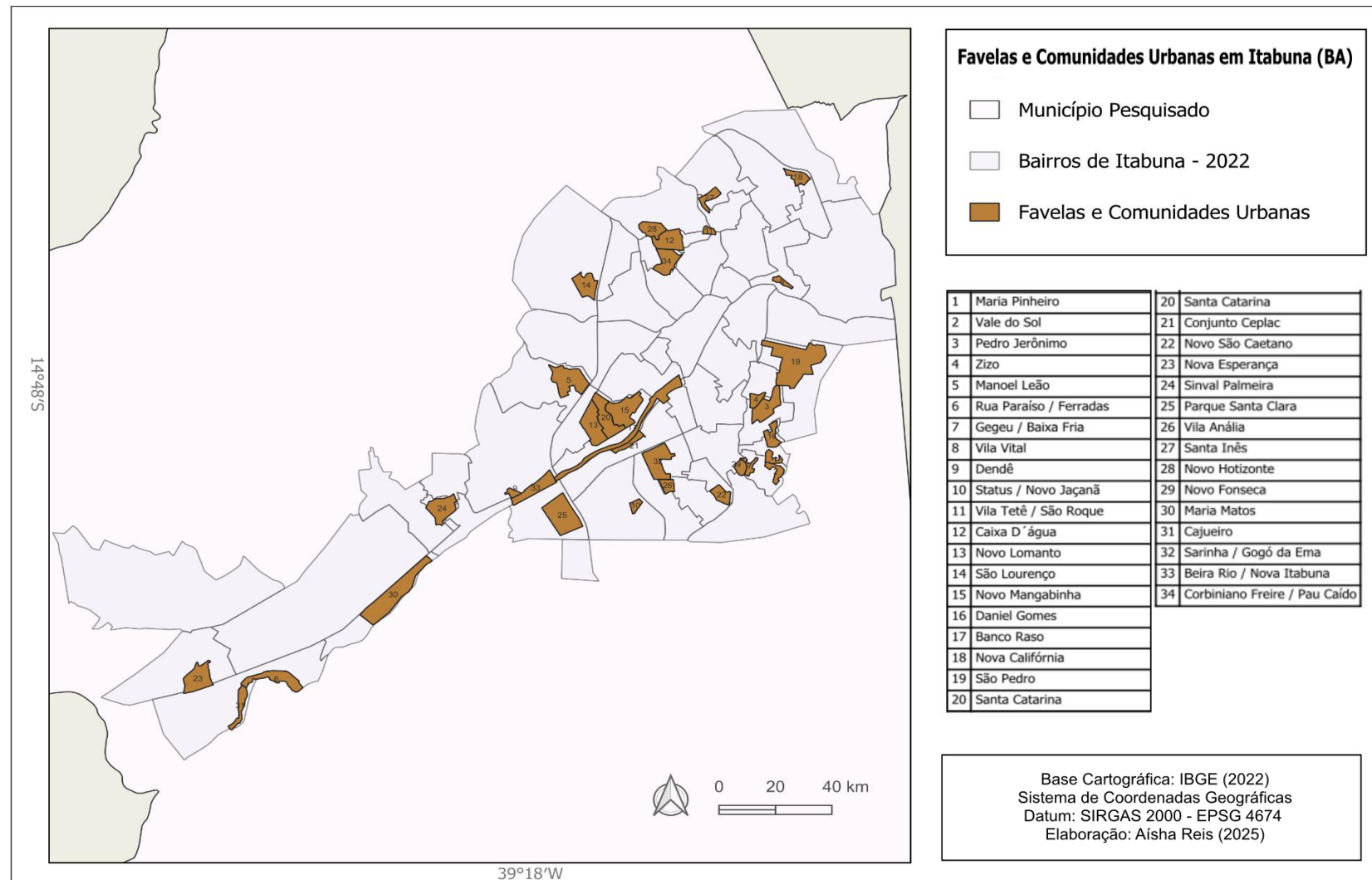
Fonte: GeoReDus: Resultados do Censo IBGE (2022)

Figura 11 - Cartograma: serviços urbanos da cidade de Itabuna (BA) – Coleta de Lixo



Fonte: GeoReDus: Resultados do Censo IBGE (2022)

Figura 12 - Mapeamento das Favelas e Comunidades Urbanas em Itabuna (BA)



Fonte: Elaborado por Reis (2024) com base nos dados do Censo IBGE (2022)

Um dos fatores que explicam a persistente falha do Estado em agir de forma efetiva para solucionar problemas já mapeados, deve-se à desatualização dos instrumentos normativos responsáveis por orientar a criação de planos, programas e ações que combatam a desigualdade socioespacial. A desigualdade não é estática e muito menos tem a capacidade de se “autofrear”. Ela é influenciada por fatores socioeconômicos que atravessam os anos. Logo, a defasagem de atualizações e a falta de monitoramento constante do problema, faz com que este se alastre e aumente consideravelmente seu raio de influência. Em Itabuna, foi isso que levou a cidade sair de 55 residências em situação de irregularidade, em 2010, para mais de 8 mil domicílios, em 2019. Logo, o Plano Diretor Municipal de Itabuna “é uma lei que não mais está apta a gerir o espaço urbano” (Profice; Gomes; Luna, 2023, p. 10), já que não abarca áreas fruto dessa expansão das desigualdades. Como afirmam Luna e Profice (2023, p. 10):

Em 2013, segundo a Secretária de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia, no Diagnóstico Técnico – Cenário Atual do Litoral Sul: Desenvolvimento Urbano Regional, Itabuna já liderava os índices de déficit habitacional no litoral sul da Bahia, certificando a evolução dos problemas o tocante ao gerenciamento das políticas públicas urbanísticas na seara habitacional (Profice; Gomes; Luna, 2023, p. 10).

Paradoxalmente, o mesmo estudo também verificou que “apesar de Itabuna estar entre um dos 10 municípios que contribuem para 50% do PIB total do estado da Bahia, apresenta Qualidade Institucional Municipal deficiente” (Profice; Gomes; Luna, 2023, p. 10). Essa constatação revela uma contradição estrutural que Harvey (2006) denomina desenvolvimento geograficamente desigual. Embora Itabuna esteja entre os municípios que mais contribuem para o PIB da Bahia, essa força econômica não é acompanhada por uma distribuição justa da renda e dos recursos institucionais. Dessa forma, entende-se que o problema vai além da disponibilidade de recursos, e que a cidade convive com uma administração fragilizada, incapaz de implementar políticas que reduzam as desigualdades e promovam transformações sociais efetivas.

Retomando os dados do IBGE (2010; 2019) e acrescentando as informações do último Censo (IBGE, 2022) sobre Favelas e Comunidades Urbanas (Tabela 2), observa-se que o crescimento dessas áreas, identificado anteriormente, manteve-se expressivo até 2022, tanto no Brasil quanto na Bahia e, de forma ainda mais acentuada, em Itabuna. Esse aumento pode ser associado a vários fatores, incluindo crescimento populacional, urbanização acelerada e aumento de migrações internas.



Tabela 3 - Número de Favelas e Comunidades Urbanas e relação de domicílios ocupados (2010-2022)

Unidade Escalar	Número de Favelas e Comunidades Urbanas			Domicílios Ocupados em Favelas e Comunidades Urbanas		
	2010	2019	2022	2010	2019	2022
Brasil	6.329	13.151	12.348	3.224.529	5.127.747	6.556.968
Bahia	280	572	572	302.232	469.677	677.396
Itabuna	1	40	34	55	8838	11.827

Fonte: Organizado por Reis (2024) com base em IBGE (2010; 2019; 2022).

Essa trajetória mostra que, em 12 anos, houve um aumento de aproximadamente 95% no número de comunidades e crescimento em torno de 103% no número de domicílios. Esse avanço pode estar associado não apenas ao crescimento populacional e à urbanização, mas também à intensificação da desigualdade urbana e à ineficácia das políticas habitacionais em frear a expansão dessas áreas. Além disso, os dados referentes à população residente em favelas e comunidades urbanas (Tabela 3), indicam que 8,1% da população brasileira vive nessas áreas (IBGE, 2022), o que significa que o problema deixou de ser periférico para assumir um caráter estrutural no espaço urbano do país.

Tabela 4 - População residente de Favelas e Comunidades Urbanas (2010-2022)

Unidade Escalar	População Residente em Favelas e Comunidades Urbanas (2010)		População Residente em Favelas e Comunidades Urbanas (2022)	
	Absoluto	%	Absoluto	%
Brasil	11.425.644	6	16.390.790	8,1
Bahia	970.940	9,4	1.370.202	9,7
Itabuna	206	0,11	23.610	12,6

Fonte: Organizado por Reis (2024) com base em IBGE (2010; 2022)

No estado da Bahia, o número de favelas e comunidades passou de 280 em 2010 para 572 em 2019, sendo que manteve o mesmo quantitativo para o ano de 2022. Já os domicílios nessas áreas saltaram de 302 mil (2010) para 469 mil (2019), aumentando consideravelmente para mais de 677 mil domicílios ocupados em favelas e comunidades urbanas para o ano de 2022. Em termos proporcionais, a Bahia apresentou aumento de 104% no número de comunidades e cresceu mais de 20 vezes no número de domicílios entre 2010 e 2022, ritmo semelhante ao nacional.

O caso de Itabuna é emblemático pela intensidade do crescimento. Em 2010, havia apenas 1 comunidade urbana, com 55 domicílios ocupados, representando 0,11% da população. Em 2019, a partir do estudo do IBGE (2019) para entender como a população em situação de

vulnerabilidade social estava lidando com a pandemia do Covid-19, foi constatado que o número subiu para 40 comunidades e 8.838 domicílios. No Censo 2022, essa tendência de crescimento foi mantida com relação ao número de domicílios (12.467) e da população residente (12,6% da população municipal), mesmo o número de favelas e comunidades urbanas tendo sido reduzido metricamente para 34. Reforça-se que essa queda de 15%, entre 2019 e 2022, não significa a redução das áreas de vulnerabilidade de uma forma positiva. O dado indica possíveis processos de remoção, regularização ou reclassificação dessas áreas.

O salto entre 2010 e 2019 já indicava uma transformação radical na configuração urbana da cidade, mas o avanço até 2022 confirma uma pressão contínua sobre a infraestrutura urbana. O aumento de aproximadamente 22 mil %, ou seja, 215 vezes no número de domicílios em apenas 12 anos é um fenômeno que pôde ser observado como certa “tendência” entre as cidades médias da Bahia (Tabela 4), a exemplo de Ilhéus e Feira de Santana. Esse avanço está relacionado principalmente à atração de migrantes de municípios vizinhos e zonas rurais, somado à baixa oferta de habitação formal e acessível e a carência histórica de investimentos em urbanização e saneamento.

Vale também ressaltar que, para que uma área seja classificada como favela, ela precisa reunir, entre outras condições, no mínimo 51 unidades habitacionais dispostas de forma densa, com pouca infraestrutura ou posse juridicamente insegura (IBGE, 2024). Dessa forma, apesar de existir uma percepção local de que muitos bairros possuem características de favelas, por não atender a critérios de densidade ou ao limite mínimo de unidades habitacionais, não são computados pelo IBGE como favela ou comunidade urbana. Ou seja, muitos bairros não são excluídos das estimativas pela falta de pobreza, mas, por não cumprir rigorosamente os critérios estabelecidos pelo IBGE para serem enquadrados como “Favela e Comunidade Urbana”.

Tabela 7 - Comparativo do Número de Favelas e Comunidades Urbanas e relação de domicílios ocupados em cidades médias da Bahia (2010-2022)

Localidade	Número de Favelas e Comunidades Urbanas		Domicílios Ocupados em Favelas e Comunidades Urbanas	
	2010	2022	2010	2022
Feira de Santana	0	49	0	20.180
Ilhéus	5	22	11.689	28.910
Itabuna	1	34	55	11.827

Fonte: Organizado por Reis (2024) com base em IBGE (2010; 2022)

### **4.3 Condições socioeconômicas e de habitabilidade nas favelas e comunidades urbanas itabunenses: o caso das comunidades do São Pedro e Maria Pinheiro**

A cidade de Itabuna abriga algumas das favelas mais antigas da região sul da Bahia. Isso porque, conforme Costa (2012, p. 25), Itabuna “configurou-se como pólo de convergência demográfica regional e mesmo não tendo expressão industrial, exercia no âmbito regional forte influência nas áreas do comércio e oferta de serviços, isso devido à monocultura do cacau”. Glória (2011) retrata que trabalhadores provenientes de diversas zonas rurais do sul e do sudoeste da Bahia buscaram em Itabuna melhores condições de vida. São estes migrantes que mais tarde se estabeleceriam em “bairros populares, recém-formados, antes propriedades rurais e/ou improdutivas” (Glória, 2011, p. 1), e neles “constituíram suas vivências cidadinas, utilizando suas reminiscências rurais e criatividade” (Certeau, 2009, p. 87), como táticas de sobrevivência.

Esses agentes socioespaciais são muito relevantes para se apreender sobre a formação das favelas e comunidades urbanas em Itabuna, já que é a partir dos “caminhos percorridos por estes trabalhadores rurais [que se] delinearão o nascimento de alguns destes novos espaços da cidade” (Glória, 2011, p. 1). Glória (2011) retrata que a adaptação desses migrantes ao se instalarem nessas áreas de expansão da cidade foi complexa, especialmente pelo fato de muitos não conhecerem outra forma de trabalho além das atividades rurais. Como esses bairros, em maioria, como o Pedro Jerônimo, Maria Pinheiro e Ferradas, constituíam anteriormente parte da zona rural do município, muitos desses ex-trabalhadores rurais, na verdade, continuaram exercendo trabalhos agrícolas. A transformação gradual das fazendas cacauicultoras por esses migrantes foi fundamental para marcar a “transição”, entre “o passado rural e a vida urbana que tenta prevalecer no presente” (Glória, 2011, p. 16).

Um dos aspectos centrais na constituição das comunidades urbanas em Itabuna foi a política de aforamento. Como destaca Santos (2009, p. 3), entre os anos de 1960 e 1980 a cidade de Itabuna “passou a ter um perfil urbano preponderantemente formado por loteamentos aforados, ou seja, na maior parte de sua porção espacial caracteriza-se o predomínio do aluguel de terrenos para fins de moradia, por meio do pagamento do foro”. O aforamento era uma forma de concessão de uso de terras públicas que, na prática, gerou uma situação de insegurança jurídica para milhares de famílias que passaram a ocupar áreas sem titularidade definitiva. Esse modelo contribuiu para a consolidação de um padrão fundiário fragmentado, dificultando o planejamento urbano e o acesso à moradia formal. Logo, “na contemporaneidade brasileira este sistema vai contribuir com a formação de espaço urbano carregado de concentração de renda e desigualdade social” (Neves, 2009, p. 253).

Segundo Santos (2008, p. 8), o Aforamento tem origem feudal e criou “raízes no Brasil a partir da implantação do sistema político-agrário denominado historicamente de sesmarias”. Historicamente, foi implementado pela Carta Régia de 27 de dezembro de 1695, com o intuito de impor “controle sobre a situação da apropriação territorial na colônia” (Santos, 2008, p. 8), sendo extinto em 1822, juntamente ao regime de sesmarias. Santos (2008, p. 8), assevera que:

Juridicamente, o foro passou apenas por duas reformulações desde sua implantação no Brasil. A primeira por meio do Código Civil de 1916, em seu artigo 680 que o restringiu a apenas “as terras não cultivadas ou terrenos que se destinem à edificação” e a segunda reformulação está presente no Novo Código Civil do ano 2003, que preconiza a sua extinção e a substitui pelo Direito de Superfície.

Em Itabuna, a prática de comercializarem-se terrenos destinados à moradia popular, através da cobrança do foro, foi um dos principais fatores que contribuíram para a expansão do perímetro urbano e o “surgimento de bairros periféricos situados nos limites entre o rural e o urbano” (Santos, 2008, p. 4). Esse processo foi intensificado a partir da década de 1960, quando transformações no meio rural, como o declínio da atividade cacaueteira, levaram ao abandono de extensas áreas cultivadas (Santos, 2008). Porém, cabe destacar que “a divisão das fazendas em lotes foi anterior à vassoura-de-bruxa, então a doença que afetou os cacauais do sul da Bahia no final da década de 1980 não foi a razão” (Glória, 2011, p. 3).

Nesse período, muitos proprietários de fazendas passaram a utilizar o arrendamento como estratégia para gerar renda, promovendo o parcelamento do solo e favorecendo o adensamento urbano em áreas antes destinadas à produção agrícola. Essas propriedades, geralmente com cerca de 50 hectares, pertenciam a produtores rurais de porte médio, que enfrentavam frequentes endividamentos e estavam frequentemente atrelados a hipotecas, tanto bancárias quanto de terceiros, o que contribuiu para a fragmentação fundiária e a incorporação dessas terras ao espaço urbano (Santos, 2008).

Glória (2011, p. 2) chama atenção que nesse sistema de aforamento “os moradores têm a posse dos lotes, mas não a propriedade, e ainda são obrigados ao pagamento de foros anuais”. Essa forma de ocupação tornou-se a alternativa encontrada por populações excluídas do mercado formal de terras urbanas, especialmente em contextos de precariedade econômica. A informalidade foi a solução possível, e o aforamento se apresentou como um meio “que conciliou o valor atribuído à moradia urbana (habitação) às possibilidades financeiras apresentadas” (Santos, 2009, p. 10). Nessa lógica, “o valor atribuído ao morar, residir, habitar estava em primeiro plano, e, em segundo, ficavam as questões infraestruturais e o pagamento do foro” (Santos, 2009, p. 10).

A legalidade do pagamento do foro das áreas ocupadas que foram transformadas em moradias populares tornou-se uma das principais preocupações das organizações que atuam em defesa do direito à moradia em Itabuna (Santos, 2008). Esse debate ganhou força especialmente a partir da década de 1990, quando novos atores políticos emergiram e as pressões exercidas por associações de moradores resultaram na edição de um conjunto de leis que passaram a declarar ilegal tanto o loteamento dessas terras quanto a cobrança do foro (Santos, 2008).

Ainda assim, mesmo após décadas de pagamento contínuo do foro, os questionamentos e reivindicações dos ocupantes geraram algumas ações políticas efetivas. Um marco importante foi o Decreto-Lei nº 1.784, de 2 de março de 1999, que proibiu a cobrança de aforamento e arrendamento em áreas irregulares no município de Itabuna, reconhecendo a ilegalidade do loteamento e da cobrança sobre terrenos ocupados historicamente (Santos, 2008).

Apesar disso, muitos dos primeiros ocupantes, assim como parte de demais moradores, ainda detêm apenas a posse e não a propriedade dos terrenos. Isso lhes garante o uso, mas não o domínio pleno das áreas. Essa condição evidencia a existência de “um hiato entre a lei e a prática social, que se traduz na manutenção de relações de exploração” (Santos, 2008, p. 10).

#### **4.3.1 Dinâmicas socioespaciais e persistência da vulnerabilidade estrutural na comunidade Maria Pinheiro**

A formação do bairro Maria Pinheiro (Figura 13) está profundamente vinculada aos processos de urbanização precária, às estratégias de gestão da pobreza e às disputas fundiárias que marcaram a expansão urbana de Itabuna. Sua origem remonta à intervenção direta do poder público, uma vez que “as dívidas e/ou o lucro também podem explicar a origem do Maria Pinheiro. [...] Se formou por uma ação do poder público, a desapropriação de uma propriedade rural [...] pertencente à Firma Pedro Jerônimo Imobiliária Agricultura, Comércio e Pecuária, e foi desapropriada [...] em março de 1980” (Glória, 2011, p. 3-4). Essa área, conhecida como Fazenda Gaúcha, não possuía relevância produtiva, já que as terras não se configuravam em fazendas cacauicultoras, e, o fato de serem áreas improdutivas pode ter ocasionado parte da sua desapropriação (Gloria, 2011). Por outro lado, talvez “o dono das terras, por sinal o próprio Pedro Jerônimo, estivesse endividado, e, assim, o poder público desapropriou como quitação de dívidas públicas” (Glória, 2011, p. 4).

Figura 13 - Vista do Bairro Maria Pinheiro, Itabuna-BA



Fonte: (Costa, 2012, p. 23)

A redistribuição dessas terras seguiu uma lógica socioespacial orientada para o gerenciamento político da população vulnerável. Nesse sentido, “após a desapropriação, o prefeito Fernando Gomes partiu as terras em terrenos e os distribuiu à população carente. Entre esta população se encontravam trabalhadores rurais recém-chegados e desabrigados de enchentes do rio Cachoeira” (Glória, 2011, p. 4). Essa iniciativa também expressava mecanismos de contenção social e interesses eleitorais, uma vez que “a desapropriação talvez fosse um lugar ‘ideal’ para alocar pessoas que ‘incomodavam’ o poder público. Ou para executar manobras políticas, sendo o poder municipal visto como ‘benfeitor’” (Glória, 2011, p. 4). A escolha do nome do bairro também expressa esse simbolismo, pois teria resultado de uma ação política que buscava vincular o lugar à imagem pública de Maria Pinheiro, cirurgiã-dentista reconhecida na cidade por práticas vistas como solidárias (Glória, 2011).

A ocupação do território não se limitou às diretrizes estatais, já que a prática cotidiana dos moradores rapidamente transformou o espaço, revelando formas próprias de uso e adaptação. Assim, “se o poder público impunha uma ‘ordem espacial’, os moradores por sua vez, através das vivências, constituíram outros ‘elementos espaciais’” (Certeau, 2009, p. 164-165). Tal diversidade de trajetórias se expressa no acesso desigual ao território, dado que “muitos moradores receberam lotes gratuitos no início da década de 1980, outros, no entanto, já encontraram os espaços ocupados.” (Glória, 2011, p. 5).

Segundo Gonçalves (1999), as famílias eram majoritariamente provenientes do meio rural (tabela 5), pois 71,42% dos chefes de família estavam vinculados à cacauicultura, sendo quase metade originária do meio rural. A isso se somam fragilidades socioeconômicas persistentes, considerando que “49% de pais e tutores analfabetos e 38% desempregados”, segundo pesquisa de Trevisan (2002). A transição do meio rural para o urbano impôs desafios

severos às famílias assentadas. O cotidiano rapidamente evidenciou a precariedade das condições de sobrevivência, pois “o que antes poderia ser conquistado com facilidade na roça, a alimentação, tornou-se precária na cidade” (Glória, 2011, p. 7). Diante disso, “no ‘tempo da cidade’ a alimentação se apresenta escassa, e os migrantes criaram estratégias para sobreviver [...] através de ‘restos’ dos supermercados Itão e Hiper Messias” (Glória, 2011, p. 8).

Tabela 10 - Natureza das atividades econômicas exercidas pelos chefes de famílias, antes de migrarem para a favela Maria Pinheiro

Natureza das Atividades	Rural		Urbano		Total
	Munic. Itabuna	Munic. da Região	Cidade Itabuna	Cidades Região	
Vinculados diretamente à cacauicultura (Trabalhadores rurais)	3,17%	28,57%	17,46%	22,22%	71,42%
Prestação de serviços urbanos	-	-	3,17%	7,94%	11,11%
Nenhuma atividade (Desemprego / sem ocupação)	-	-	7,94%	9,53%	17,47%
	3,17%	28,57%	28,57%	39,69%	100,00%

Fonte: Gonçalves (1999, p. 33)

Essa vulnerabilidade estrutural se tornou ainda mais evidente na infraestrutura urbana. Entre os principais problemas, a ausência do abastecimento de água é uma das principais adversidades (Glória, 2011), agravada porque “no verão é comum a falta de água na cidade de Itabuna, o rio Almada seca, a EMASA reduz o abastecimento, e os bairros populares são os mais atingidos pela escassez” (Glória, 2011, p. 12). Somam-se a isso estigmas territorializados, já que “os bairros Pedro Jerônimo e Maria Pinheiro foram sendo vistos como localidades ‘violentas’ e ‘perigosas’, onde o tráfico de drogas penetrou massivamente.” (Glória, 2011, p. 14).

Com o passar dos anos, a área passou a concentrar expressiva densidade populacional. Localizado no sudeste da cidade, o bairro “situa-se num conglomerado de bairros (Daniel Gomes, Fonseca, Pedro Jerônimo, Zizo), com população estimada em 25.000 pessoas” (Costa, 2012, p. 16) e integra “uma extensa zona urbana de acentuada pobreza e a mais densamente povoada do município” (Trevisan, 2002, p. 5). Seu surgimento está ligado a medidas emergenciais, pois foi criado no início da década de 1980, removendo famílias de áreas ribeirinhas para a localidade (Costa, 2012). Esse processo resultou em sua marginalização histórica, visto que “acabou se tornando um lugar de esquecidos, sem infraestrutura, sem poder público” (Cruz Júnior, 2009, p. 6) e, devido aos padrões de violência, “por registrar situações de violência ficou estigmatizado como violento território de tráfico de drogas” (Costa, 2012, p.

17).

Essas condições impactam diretamente a vida cotidiana da população, uma vez que “o fenômeno torna a vida ainda mais difícil, pois combinado com outras características (maioria de população negra e de baixa escolaridade), vem dificultando o acesso a trabalho formal” (Costa, 2012, p. 17). O território apresenta composição física complexa, e se subdivide, internamente, em setores socialmente reconhecidos, como “Alto da Conquista, Baixa Fria e Pau do Urubu” (Costa, 2012, p. 21). A precariedade urbana se expressa de forma contundente em sua topografia e infraestrutura, considerando que “sua área é muito acidentada com morros e locais que são considerados inapropriados para a ocupação habitacional” (Costa, 2012, p. 22). Como destaca Costa (2012, p. 23), soma-se a isso:

Topografia com aclives e declives, com ausência de escadaria, rede de drenagem, área verde, pavimentação, equipamentos de lazer. Os serviços de telefonia, água, energia, coleta de lixo, iluminação pública e transporte coletivo são precários. A pavimentação é ausente em mais de 80% das ruas e parte destas são de difícil acesso. Não dispondo de escola da rede estadual de ensino médio. (Costa, 2012, p. 23)

Os dados do Censo 2022 permitem identificar de forma precisa como a estrutura socioespacial originária de Maria Pinheiro se mantém operacional na configuração atual do bairro. A elevada densidade demográfica, de 7.774,33 hab/km<sup>2</sup> (IBGE, 2022), em uma área extremamente reduzida (0,037 km<sup>2</sup> (IBGE, 2022)), confirma um padrão de ocupação induzido pelo Estado desde os anos 1980, quando famílias vulneráveis começaram a ser alocadas em loteamentos sem infraestrutura. Essa densidade não decorre de crescimento espontâneo, mas de um processo histórico de concentração populacional em território limitado, condicionado por topografia desfavorável e ausência de políticas públicas nessa área.

A carência de equipamentos coletivos reforça esse diagnóstico. O Censo (2022) registra 0 estabelecimentos de ensino e 0 unidades de saúde (IBGE, 2022), indicando inexistência de estrutura pública interna ao bairro. A oferta reduzida, apenas 7 edificações de outras finalidades e 12 em construção (IBGE, 2022), demonstra que a expansão do tecido urbano ocorre de maneira fragmentada e predominantemente informal. Tal ausência institucional reflete a posição marginal do bairro na política urbana municipal, reproduzindo a condição de “zona de alocação” de populações “indesejáveis”, descrita por Glória (2011).

A composição demográfica, 288 habitantes, distribuídos em 157 domicílios; idade mediana de 33 anos; índice de envelhecimento de 66,1; com predominância de mulheres, razão de 93 homens para cada 100 mulheres (IBGE, 2022), evidencia um perfil populacional adulto



e estabilizado, que reside em ambiente onde não há suporte institucional para diferentes fases do ciclo de vida (educação, saúde, lazer). Apesar de Maria Pinheiro apresentar taxas elevadas de alfabetização (Gráfico 1), compatíveis com os patamares municipais e típicas de áreas urbanas consolidadas, o dado deve ser interpretado com cautela, considerando que o bairro não possui qualquer estabelecimento de ensino (creches, escolas de ensino fundamental e\ou ensino médio (IBGE, 2022). Essa contradição revela que o processo de escolarização da população ocorre fora do território, impondo deslocamentos diários, custos indiretos, dependência de transporte e maior vulnerabilidade às famílias.

Gráfico 1 - Pessoas alfabetizadas no Bairro Maria Pinheiro, Itabuna-BA

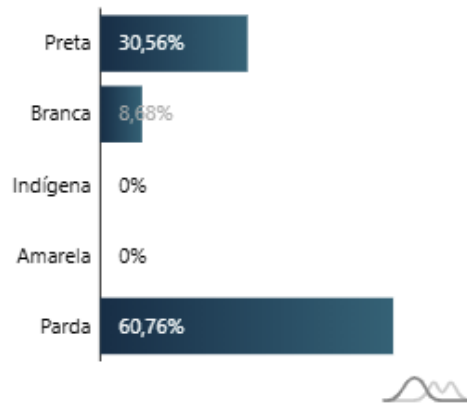


Fonte: (IBGE, 2022)

O impacto é ainda mais significativo quando se observa crítica e conjuntamente as variáveis sexo e equipamentos urbanos. Como evidenciando anteriormente, o bairro apresenta predominância feminina, muitas delas chefes de famílias e mães-solo. A ausência de creches afeta diretamente esse grupo, restringindo sua capacidade de inserção no mercado de trabalho, obrigando-as a assumir tarefas de cuidado integral e diminuindo seu tempo disponível para atividades remuneradas, educativas ou comunitárias. Assim, o elevado índice de alfabetização não se traduz em melhores oportunidades socioeconômicas. Na verdade, ele convive com um contexto de infraestrutura insuficiente, que limita a continuidade escolar das crianças e compromete o desenvolvimento profissional e a autonomia econômica das mulheres. O resultado é uma dinâmica cotidiana marcada por sobrecarga feminina, barreiras ao acesso à educação e reprodução intergeracional de desigualdades, evidenciando que a escolarização formal, quando não acompanhada por equipamentos públicos no território, é incapaz de romper o ciclo de vulnerabilidade que caracteriza o bairro.

A essa configuração soma-se o dado de predominância de população negra (Gráfico 2), o que, no contexto da formação socioespacial de Maria Pinheiro, indica a continuidade de processos de segregação racial no espaço urbano. A concentração histórica de famílias negras em loteamentos periféricos, característica das políticas de alocação adotadas nos anos 1980, permanece evidente no retrato censitário atual. Assim, o marcador racial aparece como elemento determinante na reprodução de desigualdades territoriais: ele se associa a menor oferta de serviços, maior exposição a vulnerabilidades estruturais e ausência de equipamentos públicos, reforçando um padrão racial de exclusão.

Gráfico 2 - Distribuição por Cor ou Raça no bairro Maria Pinheiro, Itabuna-BA



Fonte: (IBGE, 2022)

Embora o bairro apresente 79,21% de conexão à rede de esgoto, 98,02% de abastecimento de água pela rede geral, 100% de banheiro de uso exclusivo e 100% de coleta de lixo, além de 100% de canalização de água até o interior da habitação, Gráfico 3, (IBGE, 2022), esses percentuais elevados não significam, automaticamente, condições sanitárias consolidadas. Na prática, o abastecimento de água é intermitente, a rede de esgoto não cobre todo o território de forma regular e o sistema de drenagem é inexistente, favorecendo contaminações ambientais e riscos epidemiológicos. Do ponto de vista epidemiológico e urbano, territórios com infraestrutura incompleta, ainda que apresentem indicadores formais elevados, tendem a registrar maior incidência de doenças de veiculação hídrica, problemas respiratórios e agravos associados ao ambiente construído precário. Esses fatores ajudam a explicar por que a expectativa média de vida dos moradores não chega aos 70 anos, como na média nacional (75,5 anos (IBGE, 2022), mesmo diante de indicadores censitários aparentemente favoráveis.

Gráfico 3 - Características dos domicílios no Bairro Maria Pinheiro, Itabuna-BA



Fonte: (IBGE, 2022)

#### 4.3.2 Processos Formativos e Condicionantes Estruturais da Exclusão Territorial no Bairro São Pedro

A formação do bairro São Pedro (Figura 14) se insere no processo mais amplo de expansão urbana recente de Itabuna, distinguindo-se dos bairros surgidos no início do século XX (Santos, 2008). Sua constituição remonta à segunda metade da década de 1960, quando Pedro Carvalho Neves passou a consolidar um patrimônio territorial composto por fazendas (Santos, 2008). Essas terras haviam pertencido originalmente ao produtor de cacau Nicodemus Barreto, incluindo as fazendas Mutucugê I e II, posteriormente adquiridas por Neves (Santos, 2009). Parte dessas propriedades manteve-se em uso agrícola, enquanto outra parcela foi destinada ao loteamento popular que, anos mais tarde, “formariam os bairros São Pedro, Zizo e Pedro Jerônimo, todos atualmente sob a administração da Sociedade Imobiliária Pedro Carvalho Neves, a qual é responsável pela cobrança dos foros sobre os terrenos” (Santos, 2008, p. 4).

Figura 14 - Vista do Bairro São Pedro, Itabuna-BA



Fonte: Roberto Santos.

Os primeiros núcleos populacionais do São Pedro surgem por volta de 1965–1967, impulsionados por múltiplos fatores: ausência de políticas habitacionais, altos valores de aluguel e os impactos da enchente de 1967 (Santos, 2008). Nesse contexto, a política do aforamento contribuiu diretamente para redesenhar o perfil cartográfico de Itabuna, expandindo o perímetro urbano e conformando bairros periféricos na interface rural-urbana, entre os quais o São Pedro se insere (Santos, 2009).

Entretanto, o processo de ocupação ocorreu de maneira acelerada e à margem da legislação urbanística vigente. Segundo Santos (2009, p. 22), “entre os anos de 1967 e 1979 não há registros oficiais do loteamento São Pedro”, o que indica uma ausência deliberada de reconhecimento institucional, reforçada pelo fato de que o poder público municipal sequer considerava oficialmente sua existência. Essa lacuna se explica pelo padrão histórico de Itabuna, cuja urbanização nunca se deu por grandes reformas estruturais; as intervenções concentravam-se nos territórios legalizados e ocupados pelas elites, enquanto áreas como o São Pedro permaneceram à margem das ações urbanísticas mais robustas, como as realizadas no bairro São Caetano (Santos, 2009).

O caráter irregular do loteamento se explicitou oficialmente quando o Decreto Municipal nº 5.036, de 16 de dezembro de 1995, declarou ilegal o loteamento São Pedro por descumprir a legislação federal e municipal referente ao parcelamento do solo. Tal ilegalidade se insere em uma lógica urbana contraditória e marcada por interesses conflitantes, onde práticas de regularização seletiva coexistem com a proliferação de assentamentos precários sem condições dignas de vida (Santos, 2008). Isso significa que, durante mais de quatro décadas, pagou-se pela posse de terrenos repletos de irregularidades e incompatíveis com os preceitos urbanísticos do Plano Diretor, da Lei Orgânica e demais normativas (Santos, 2009).

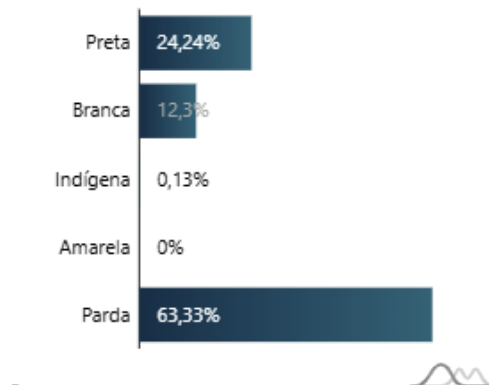
Esse conjunto de fatores deve ser compreendido à luz das fragilidades históricas das estruturas de registro fundiário do município. Como afirma Santos (2009, p. 29): “até 1920, Itabuna não possuía Cartório de Registro de Imóveis nem Delegacia de Registro de Terras”, o que resultou em métodos imprecisos de demarcação e confrontação, um cenário que favorecia o apossamento privado de terras públicas (Santos, 2009). Essa ausência de fiscalização persistiu ao longo das décadas seguintes, fazendo com que a urbanização fosse concebida mais como embelezamento e racionalidade formal do que como política de controle efetivo sobre a abertura de lotes.

Com 2.228 habitantes distribuídos em 999 domicílios, São Pedro apresenta uma escala populacional muito superior à de Maria Pinheiro, associado a uma área significativamente maior, 0,442 km<sup>2</sup>, (IBGE, 2022). No entanto, esse crescimento não foi acompanhado de

expansão proporcional de serviços públicos, resultando em uma densidade de 5.037,27 hab/km<sup>2</sup>, que, embora inferior à de Maria Pinheiro, é elevada para padrões de ocupação periférica. Esse adensamento moderado, quando relacionado à história fundiária do bairro, indica um processo de ocupação extensiva, horizontalizada e guiada por loteamentos privados, não por políticas de urbanização do Estado.

Quanto ao perfil populacional, São Pedro possui idade mediana de 34 anos, índice de envelhecimento de 68,7 e razão de 91 homens para cada 100 mulheres (IBGE, 2022). Assim como em Maria Pinheiro, observa-se a predominância de população adulta e feminina, o que se alinha com tendências demográficas nacionais, mas revela particularidades estruturais quando cruzado com a precariedade dos serviços locais. O dado racial (Gráfico 4), com predominância de pessoas negras, reafirma o padrão histórico de segregação territorial: populações negras foram direcionadas para áreas irregulares, desassistidas e localizadas em bordas urbanas, reforçando desigualdades socioespaciais persistentes.

Gráfico 4 - Distribuição por Cor ou Raça no Bairro São Pedro, Itabuna-BA



Fonte: (IBGE, 2022)

Os dados de saneamento básico (Gráfico 5) tornam ainda mais explícito o vínculo entre formação histórica e vulnerabilidade atual. O Censo registra que 72,52% dos domicílios possuem conexão à rede de esgoto, enquanto cerca de 27% permanecem sem atendimento adequado; o abastecimento de água pela rede geral alcança 89,94%, mas ainda deixa parte das residências com soluções precárias; apenas 87,12% possuem banheiro de uso exclusivo; e a coleta de lixo atinge 86,87% dos domicílios (IBGE, 2022). Esses percentuais revelam um padrão de cobertura parcial e irregular, compatível com um bairro que, por quase três décadas, sequer existia nos registros oficiais. A infraestrutura instalada não acompanhou o crescimento populacional, e a responsabilidade sobre os serviços se fragmenta entre concessionárias

públicas e estratégias domésticas de adaptação, típicas de áreas urbanas produzidas à margem da regulamentação.

Gráfico 5 - Características dos domicílios no Bairro São Pedro, Itabuna-BA



Fonte: (IBGE, 2022)

Por fim, a presença de 2 estabelecimentos de ensino e 8 religiosos, contrastando com a ausência de unidades de saúde (IBGE, 2022), revela um padrão de urbanização no qual instituições comunitárias, especialmente religiosas, assumem funções substitutivas diante da insuficiência estatal. Mesmo o percentual de alfabetização (Gráfico 6) entre os moradores atingindo níveis positivos, assim como na favela Maria Pinheiro, a insuficiência de escolas e a inexistência de creches ampliam desigualdades de gênero e afetam diretamente mulheres, que já constituem parcela expressiva da população e acumulam responsabilidades de cuidado infantil. Isso impacta também a dinâmica socioeconômica interna do bairro, restringindo o acesso ao trabalho formal e reforçando ciclos de dependência financeira e instabilidade.

Gráfico 6 - Pessoas alfabetizadas na Favela São Pedro, Itabuna-BA



Fonte: (IBGE, 2022)

## 5 CONCLUSÃO

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permitiu compreender que a formação socioespacial de Itabuna é resultado de um conjunto de processos históricos, políticos e econômicos que influenciaram na sua estrutura urbana e nas relações sociais que nela se estabelecem. Desde sua formação, quando a economia cacaueteira definiu os rumos da ocupação territorial e consolidou um padrão de concentração fundiária e poder coronelista, a cidade passou a se organizar de maneira desigual, seletiva e rigidamente hierarquizada. Como discutido no capítulo inicial, a construção do “mito de origem” de Itabuna, associado à pujança do cacau, ocultou os mecanismos de exclusão e subalternização que sustentaram tal prosperidade, criando uma base histórica para processos posteriores de segregação.

Ainda que a decadência econômica da lavoura cacaueteira tenha reconfigurado a dinâmica urbana, seu legado político-institucional continuou a influenciar a produção do espaço. A cidade, mesmo com sua posterior diversificação econômica e expansão territorial, manteve padrões de desigualdade que atravessaram décadas. A discussão sobre o coronelismo ilustrou a persistência de práticas clientelistas e seletivas na gestão territorial, contribuindo para a produção de áreas urbanas marcadas pela precariedade e pela informalidade. Assim, a urbanização de Itabuna não pode ser compreendida como fruto apenas do crescimento populacional ou da lógica de mercado, mas como expressão material de relações históricas de poder.

Ao tratar Itabuna como uma cidade média, este trabalho buscou debater sobre as complexidades desse conceito, evidenciando que seu porte demográfico e sua centralidade regional não se traduzem automaticamente em capacidade de gestão urbana ou equidade territorial. A análise da relação da cidade com a Região Geográfica Imediata de Ilhéus–Itabuna demonstrou como sua posição estratégica na rede urbana do Nordeste brasileiro resulta de fluxos econômicos e populacionais que reforçam tanto potencialidades quanto contradições. Embora exerça funções urbanas essenciais na rede urbana a qual pertence e tenha papel estruturante para os municípios vizinhos (hinterlândia), Itabuna convive com problemas infraestruturais históricos e precarização de serviços públicos, aspectos que se materializam de forma mais contundente nas favelas e comunidades urbanas.

É neste ponto que se insere a discussão nacional sobre favelas e comunidades urbanas, retomada pelo IBGE no Censo 2022. A nova nomenclatura adotada, substituindo “aglomerado subnormal” por “favelas e comunidades urbanas”, expressa mais do que uma mudança semântica, reafirma o reconhecimento institucional da centralidade desses territórios no tecido urbano brasileiro. Embora os critérios de identificação dessas áreas permaneçam os mesmos

nesta etapa, essa mudança de nomenclatura é carregada de significado, principalmente pelo reconhecimento da importância de tratar esses espaços a partir de uma perspectiva de direitos, especialmente o direito à moradia e à cidade, previstos na Constituição Federal de 1988.

Destaco que as favelas e comunidades urbanas não são como falhas no tecido urbano, mas expressões concretas das desigualdades socioespaciais e da falta de acesso a políticas públicas. Nesse sentido, o terceiro capítulo examinou como a cidade reproduz desigualdades através da produção de territórios periféricos e da manutenção de padrões de exclusão que remontam à sua formação. A evolução das favelas e comunidades urbanas em Itabuna revelou processos simultaneamente estruturais e cotidianos. Por um lado, há a ausência de políticas habitacionais efetivas e de controle fundiário; por outro, há a agência dos moradores na construção de seus próprios territórios em meio à precariedade. O estudo das comunidades do São Pedro e Maria Pinheiro evidenciou como a história fundiária irregular, a ausência de reconhecimento institucional e a seletividade do Estado contribuíram para a consolidação de bairros marcados por vulnerabilidades persistentes.

As análises empíricas realizadas com base nos dados do Censo 2022 mostraram que, apesar de possuírem dinâmicas distintas de formação, ambas as comunidades apresentam características sociodemográficas relativamente estáveis, porém confrontadas por déficits significativos de urbanização. Questões como saneamento básico, densidade domiciliar elevada, ausência de escolas, serviços de saúde e lazer, e processos de racialização do espaço urbano demonstram que a precariedade não é apenas material, mas estruturada por desigualdades sociais e históricas.

Dessa forma, é possível afirmar que a cidade reproduz, em escala local, as tendências globais das metrópoles periféricas. O avanço das favelas e comunidades urbanas como resposta à insuficiência das políticas de habitação, a seletividade estatal na oferta de infraestrutura e a naturalização da pobreza urbana são elementos plenamente identificáveis na estrutura urbana itabunense. A ausência histórica de fiscalização fundiária, a reprodução de loteamentos à margem das leis urbanísticas e a insuficiência de serviços públicos consolidaram um modelo de cidade marcado pela dualidade: centralidade regional e fragilidade interna; dinamismo econômico e precariedade socioespacial.

O estudo das comunidades São Pedro e Maria Pinheiro confirma essa contradição estrutural. Ambas sintetizam o percurso de Itabuna: crescimento urbano acelerado, desigualdade socioespacial e permanência compulsória dos moradores em territórios carentes de serviços básicos. As diferenças entre os dois bairros, sobretudo no que se refere à infraestrutura de saneamento e serviços, demonstram que a desigualdade também se manifesta



internamente às áreas precárias e que sua configuração resulta não apenas de fatores demográficos, mas principalmente das condições históricas de ocupação e da seletividade das políticas urbanas.

Portanto, a conclusão deste trabalho aponta para a necessidade de compreender Itabuna como uma cidade média cujas dinâmicas socioespaciais não se alinham aos modelos idealizados de urbanidade, mas a um padrão periférico, fragmentado e desigual. Os processos que estruturam sua paisagem urbana, desde o coronelismo, a formação fundiária precária, até a produção contemporânea das favelas, revela uma cidade que exige políticas públicas integradas, planejamento inclusivo e reconhecimento pleno de seus territórios populares como parte legítima da cidade.

Assim, ao reconhecer a centralidade das favelas e comunidades urbanas na produção do espaço itabunense, e ao analisá-las a partir de sua história, de seus dados censitários e das perspectivas teóricas discutidas, torna-se possível afirmar que esses territórios precisam ser incorporados ao planejamento urbano como partes constitutivas da cidade e não como extensões periféricas tratadas de forma residual. Essa integração demanda, antes de tudo, a revisão profunda do Plano Diretor Municipal, assim como dos demais instrumentos técnicos e jurídicos que compõem o aparato de gestão urbana, de modo a retirar essas áreas da condição de anonimato normativo que historicamente as manteve invisibilizadas no processo decisório. Tornar essas comunidades legíveis ao Estado, por meio de zoneamentos específicos, mapeamentos atualizados, delimitações oficiais e diretrizes de intervenção, é condição indispensável para que a formulação de políticas públicas deixe de reproduzir lógicas seletivas de investimento e passe a operar segundo o princípio constitucional da função social da cidade.

Além disso, a questão fundiária, especialmente no caso do bairro São Pedro, exige medidas de regularização que superem o modelo de aforamento e os pagamentos de foro que recaem sobre populações já marcadas pela vulnerabilidade econômica. A manutenção desse mecanismo não apenas perpetua insegurança jurídica, como também transfere ao morador custos historicamente associados a ineficiência do poder público em regulamentar e fiscalizar o parcelamento do solo urbano. A superação desse regime deve incluir regularização plena da posse, transparência cadastral e mecanismos estatais que evitem a continuidade de práticas fundiárias desiguais.

Outro eixo estrutural de intervenção diz respeito à instalação de equipamentos públicos essenciais, sobretudo unidades de saúde, educação infantil, ensino fundamental e centros de apoio social. A ausência desses equipamentos, comprovada tanto pela análise histórica quanto pelos dados censitários recentes, produz efeitos cumulativos sobre a reprodução da

desigualdade. No caso das mulheres, chefes de família, que constituem a maioria da população dessas comunidades e assumem desproporcionalmente as responsabilidades do cuidado, a falta de creches e escolas próximas dificulta o acesso ao mercado de trabalho formal e intensifica o ciclo de dependência econômica. Da mesma forma, a ausência de serviços de saúde no interior dessas favelas aprofunda vulnerabilidades já consolidadas, produzindo um paradoxo, já que embora Itabuna seja reconhecida regionalmente como um polo de saúde, concentrando hospitais, clínicas, unidades de atendimento e serviços especializados, essa oferta não se distribui de forma equitativa no território. A distância física entre os moradores dessas áreas e os equipamentos de saúde, somada à precariedade de transporte, ao custo do deslocamento e às rotinas intensas de trabalho, traduz-se em desigualdades territoriais.

## REFERÊNCIAS

- ALARCON, Diana Ferreira. Pioneiros, índios ou encantados: de quem é a terra? Narrativas em um contexto de disputa territorial no sul da Bahia. **Cadernos do LEME**, Campina Grande, vol. 4, p. 40–53, jul./dez. 2012.
- AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Cidades médias e organização do espaço no Brasil. **Geografia e Ensino**, Belo Horizonte, p. 5-34, jun. 1984.
- AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno; SERRA, Rodrigo Valente. **Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2001.
- BERNER, Erhard. Learning from Informal Markets. In: WESTENDORFF, David; EADE, Deborah (Orgs.). **Development and Cities: Essays from Development Practice**. Oxford: Oxfam GB/UNRISD, 2002.
- BESSA, Kelly Cristine. Reestruturação da rede urbana e meio técnico-científico-informacional: reflexões sobre as cidades médias brasileiras. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p. 1918-1933.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Volume 1. São Paulo: Paz e Terra, 2011. (Obra original publicada em 1996).
- CEPLAC. **Diagnóstico socioeconômico da região cacauzeira: mão de obra e elementos de relações de produção**. Bahia: CEPLAC, 1976.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- CHIAPETTI, Jorge. **O uso corporativo do território brasileiro e o processo de formação de um espaço derivado: transformações e permanências na região cacauzeira da Bahia**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2009.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- COSTA, Eneida Maria da. Cidades médias: Contribuições para a sua definição. **Finisterra**, Lisboa, v. 37, n. 74, p. 101-128, 2002.
- COSTA, Omar Santos. **Pobreza e exclusão financeira: o caso do bairro Maria Pinheiro no município de Itabuna**. Salvador, 2012.

DANTAS, Emiliano Ferreira. **Os Meeiros do Cacau do Sul da Bahia**: trabalho, corpo e documentação. Recife, 2014.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

DIAS, Patrícia; ARAÚJO, Mayara Mychella. Notas sobre cidades médias: uma proposta para a Bahia. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 285-311, 1. sem. 2013.

FREITAS, Antônio. **Os donos dos frutos de ouro**. 1979. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, UFBA, 1979.

GILBERT, Alan; WARD, Peter. **Housing, The State and the Poor**: Policy and Practice in Three Latin American Cities. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

GLÓRIA, Priscila Santos da. Entre a roça e a cidade: vivências de migrantes em Itabuna-BA. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26., 2011, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH, 2011.

GONÇALVES, Antônio Alves. **O surgimento da favela do Maria Pinheiro em Itabuna**. (Monografia) - UESC, Ilhéus, 1999.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980. (Obra original publicada em 1973).

HARVEY, David. **Spaces of Global Capitalism**: towards a theory of uneven geographical development. New York: Verso, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022**: Resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 out. 2025.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Favelas e Comunidades Urbanas**. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=2101717>. Acesso em: 12 out. 2025.

IBGE. CIDADES. **Cidade de Itabuna**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/itabuna/panorama>. Acesso em: 5 nov. 2022.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Tradução de Doralice Barros Pereira. 1. ed. Lisboa: Edições 70, 1974.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LIMA, Sônia Regina Ribeiro. **Terra, trabalho e autonomia**. 2011. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

LUNA, Fernanda. **Planejamento urbano: o plano diretor e aglomerações subnormais na cidade de Itabuna**. Ilhéus, BA: UESC, 2021.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. 2. ed. Tradução de Hildenete Monteiro Fortes. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

NEVES, Erivaldo Fagundes. Conveniências, vantagens e interesses: conflitos na gênese das invasões de terrenos periféricos em Salvador. In: LEAL, Maria das Graças de Andrade; MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira; CASTELLUCCI, Wellington Junior (Orgs.). **Capítulos de História da Bahia: novos enfoques, novas abordagens**. São Paulo: Annablume, 2009.

PENSAVENTO, Sandra Jatahy. Em busca de uma outra história: Imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ANPUH, Contexto, v. 15, n. 29, 1995.

PERLMAN, Janice E. **O mito da marginalidade; favelas e política no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PIMENTA, Alex Caldas Mendonça. **A crise na região cacauzeira da Bahia**. São Paulo: Folha de São Paulo, 2000. (Formato da referência original incompleto/não padrão).

PROFICE, Christiana Cabicieri; GOMES, Andrea da Silva; LUNA, Fernanda. Aglomerados Subnormais e o Plano Diretor Municipal da Cidade de Itabuna. **Revista de Direito da Cidade**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, p. 2134-2160, 2023.

RANGEL, Maria Cristina; TONELLA, Celene. A crise da região cacauzeira do sul da Bahia/Brasil e a reconstrução da identidade dos cacauicultores em contexto de adversidades. **Geoiंगा**: revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Maringá, v. 5, n. 1, p. 77-101, 2013.

REPORTER BRASIL. **A saga do cacau na Bahia**. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2005/05/a-saga-do-cacau-na-bahia/>. Acesso em: 5 nov. 2022.

ROCHA, Luma Badaró. A região cacauzeira da Bahia – dos Coronéis à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação. Ilhéus: **Editus**, 2008.

SANTOS, Eduardo Antônio Estevam. São Pedro: aforamento, mecanismos de apropriação e experiências de moradia (1965-1995). In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA, 19., 2008, São Paulo. **Anais [...]: Poder Violência e Exclusão**. São Paulo: ANPUH, USP, 2008.

SANTOS, Eduardo Antonio Estevam. **São Pedro: foreiros ou arrendatários? A lei e a experiência social na formação urbana da cidade de Itabuna (1967-2002)**. 2009. Dissertação (Mestrado em História Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC-SP, São Paulo, 2009.

SANTOS, Fábio Kopper Pacheco. Uma análise da política de atração de investimentos na Bahia na década de 90. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 16, p. 635-643, jan./mar. 2007. Disponível em: [www.sei.ba.gov.br](http://www.sei.ba.gov.br). Acesso em: 17 ago. 2025.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Edusp, 2005.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado**. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. Aspectos Geográficos da Concorrência entre os diversos meios de transporte na zona cacauzeira da Bahia. In: **Ciência Geográfica**: Edição especial Milton Santos. Bauru: AGB, 1997. p. 32-40.

SANTOS, Milton. **Pobreza urbana**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SANTOS, Milton. **Aula inaugural do ano letivo de 1999 da Universidade Federal da Bahia**. Salvador: [s.n.], 1999. Disponível em: [https://miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/04/Aula-inaugural-do-ano-letivo-de-1999-da-UFBA\\_MiltonSantos.pdf](https://miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/04/Aula-inaugural-do-ano-letivo-de-1999-da-UFBA_MiltonSantos.pdf). Acesso em: 2 out. 2025.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SASSEN, Saskia. **As cidades na economia mundial**. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SILVA, Ayalla. As Origens de Itabuna: o mito e a história. **Revista Mosaico**, v. 2, n. 4, p. 97-118, 2010.

SOJA, Edward. **Thirdspace**. Malden, MA: Blackwell, 1996.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novas Redes Urbanas: Cidades Médias e Pequenas no processo de globalização. **GEOGRAFIA**, Rio Claro, v. 35, p. 51-62, 2010.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. O desafio metodológico da abordagem interescalar no estudo de cidades médias no mundo contemporâneo. **Cidades**, Presidente Prudente, v. 3, p. 143-157, 2006.

TREVISAN, Salvador (Org.). **Itabuna: o mapa dos excluídos**. Itabuna: Secretaria de Educação; Prefeitura Municipal de Itabuna, 2002.

TRINDADE, Gilmar Alves. **Aglomerção Itabuna-Ilhéus: rede urbana regional e interações espaciais**. Ilhéus, BA: Editus, 2014.

ONU. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Human Settlements Report 2003**.  
Nairobi: UM-Habitat, 2003.

VILLAÇA, Flavio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2000.